



Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2020
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
AMPLA CONCORRÊNCIA - LOTE 01 (Itens 01 a 06)

O Distrito Federal, por meio da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, mediante as condições estabelecidas neste Edital, de acordo com o regulamentado pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019 (Recepcionado no Distrito Federal por meio do Decreto nº 40.205/2019), Decretos Distritais nº 25.966/2005, nº 26.851/2006, nº 33.598/2012, nº 35.592/2014, nº 36.520/2015, nº 39.978/2019, Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017/MPOG, (recepcionada no Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 38.934/2018), e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993 e alterações subsequentes, observando a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Distrital nº 4.611/2011 e Decreto Distrital nº 35.592/2014, além de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

A Sessão Pública do Pregão Eletrônico será conduzida por policial militar, designado Pregoeiro, mediante a Portaria de 30 de Dezembro de 2019, publicada no DODF nº 07, de 10 de Janeiro de 2020, p. 17 e será realizada por meio de Sistema Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br, de acordo com a indicação abaixo:

Processo SEI-GDF nº 00054-00043134/2020-88
Tipo de licitação: Menor Preço
Data de abertura: **26/10/2020**
Horário: **14h** (horário de Brasília/DF)
Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br
Código UASG: 926016
Elemento de despesa: 33.90.39
Recurso Orçamentário: Fonte 100 FCDF, Função 28, Programa 845, Subprograma 0903.
Valor previsto para contratação: **R\$ 1.312.727,25**

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados no fornecimento de seguro aeronáutico para a frota de todas as aeronaves da Polícia Militar do Distrito Federal, conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I deste Edital.

2. DAS IMPUGNAÇÕES

2.1. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: splpmdf@gmail.com.

2.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. (§1º, art. 23, Decreto nº 10.024/2019)

2.2.1. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e vincularão os participantes e a administração. (§2º, art. 23, Decreto nº 10.024/2019)

2.3. **Até três dias úteis antes** da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório deste pregão, na forma eletrônica, pelo endereço: splpmdf@gmail.com. (Art. 24, Decreto nº 10.024/2019)

2.4. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, cujas respostas serão divulgadas pelo sistema eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. (§1º do art. 24, Decreto nº 10.024/2019)

2.5. Modificações no edital, no caso de acolhimento de impugnações ou esclarecimentos, serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas. (Art. 22, Decreto nº 10.024/2019)

2.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo pregoeiro nos autos do processo. (§2º do Art. 24, Decreto nº 10.024/2019)

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão:

3.1.1. Referente ao LOTE 01 (Itens 01 a 06) - (AMPLA CONCORRÊNCIA):

3.1.1.1. Empresário individual ou sociedade empresária do ramo de atividade do objeto desta licitação, que atenda a todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

3.1.1.1.1. Para os itens destinados à ampla concorrência, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º, art. 3º da referida LC.

3.2. Somente poderão participar desta licitação pessoa jurídica que esteja credenciada perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério da Economia (SLTI), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br. (inciso I Art. 19, Decreto nº 10.024/2019)

3.3. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

- 3.4. **Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:**
- 3.4.1. Pessoas jurídicas integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 3.4.2. Pessoas jurídicas, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou termo de referência ou projeto executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
- 3.4.3. Pessoa jurídica declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como a que esteja punida com SUSPENSÃO do direito de licitar ou contratar no âmbito da Administração do Distrito Federal, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8666/1993 (Parecer Jurídico SEI-GDF nº 373/2018 - PGDF/GAB/PRCON e Art. 2º, inciso III, do Decreto Distrital nº 26.851/2006) e Parecer nº 618/2018- PGCONS/PGDF;
- 3.4.4. Pessoa Jurídica IMPEDIDA de licitar e contratar com o Distrito Federal, de que trata o art. 7º da Lei 10.520/2002. (PARECER Nº 373/2018-PRCON/PGDF)
- 3.4.5. Pessoa jurídica estrangeira não autorizada a funcionar no País.
- 3.4.6. Pessoa jurídica que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, concurso de credores, liquidação, fusão, cisão ou incorporação;
- 3.4.7. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, e pessoas físicas não empresárias.
- 3.4.8. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:
- I - agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou
 - II - agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação, conforme art. 8º do Decreto Distrital nº 32.751/2011, alterado pelo Decreto nº 37.843/2016.
- 3.4.9. Direta ou indiretamente, o agente público ou dirigente que integre a Polícia Militar do Distrito Federal ou o pregoeiro e sua equipe de apoio, responsáveis pela licitação.
- 3.4.10. Fica vedada a participação, ainda, do proprietário, controlador, administrador, gerente ou diretor de pessoa jurídica, independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio.
- 3.4.11. Aplica-se a vedação aos executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pela pessoa jurídica licitante.
- 3.4.12. A vedação do item 3.4.9 se aplica ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto Distrital nº 39.860 de 30 de maio de 2019).
- 3.4.13. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista do autor do termo de referência ou projeto, pessoa física ou jurídica, e do pregoeiro e de sua equipe de apoio com a licitante ou responsável pelo fornecimento de bens e serviços a estes necessários.
- 3.4.14. O autor do termo de referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.
- 3.4.15. Pessoa jurídica que utilize mão de obra infantil em qualquer fase produtiva do bem ou na prestação do serviço (Lei Distrital nº 5.061 de 08.03.2013).

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se previamente no SICAF, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 4.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de **chave de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a PMDF ser responsabilizada por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.
- 4.5. Caberá a licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.6. A representação do licitante far-se-á por meio de **instrumento particular (com reconhecimento de firma) e/ou público de procuração**, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 4.6.1. Será dispensada o reconhecimento de firma no instrumento particular com a confrontação da assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário. (Lei nº 13.726/2018 - Inciso I Art. 3º)
- 4.6.1.1. Caso reste dúvida quanto a veracidade do documento de procuração, ou do de identificação, o pregoeiro poderá requisitar outros meios de prova.
- 4.7. A chave de identificação e a senha terão validades indeterminadas e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico realizado no www.comprasgovernamentais.gov.br, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.
- 4.8. Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

5. DA PROPOSTA

- 5.1. Após a divulgação do edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecido para abertura da sessão pública. (Art. 26, Decreto nº 10.024/2019)
- 5.1.1. A proposta deverá conter:
- 5.1.1.1. **O preço unitário e total para cada subitem que compõe o item cotado, especificados no quadro constante do item 6.1 do Anexo I deste Edital, bem como o valor global da proposta**, expresso em algarismo e por extenso, em moeda nacional, que deverão incluir todos os tributos, taxas, materiais para

execução dos serviços, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto deste Pregão.

5.1.2. A descrição detalhada do serviço e, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no www.comprasgovernamentais.gov.br e as constantes deste edital, prevalecerão estas últimas.

5.1.3. Após a abertura da sessão pública não serão recebidas novas propostas e documentos de habilitação. (§1º do art. 26, Decreto nº 10.024/2019)

5.1.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem devidamente regularizados no SICAF. (§2º do art. 26, Decreto nº 10.024/2019)

5.2. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigidas neste edital. (§4º do art. 26, Decreto nº 10.024/2019);

5.2.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos legais para a qualificação e **que está apta a usufruir do tratamento favorecido**, nas condições do Estatuto Nacional da ME e da EPP, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que não se enquadra nas situações relacionadas no § 4º do referido artigo, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

5.2.2. A falsidade da declaração prevista no item 5.2 e 5.2.1 sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital. (§ 5º do art. 26, Decreto nº 10.024/2019)

5.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública. (§6º do art. 26, Decreto nº 10.024/2019).

5.4. A proposta e os documentos de habilitação apresentados pelo licitante nos termos do item 5.1, não serão utilizados para fins de ordem de classificação, que somente será definida na fase de lances. (§7º do art. 26, Decreto nº 10.024/2019)

5.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lance. (§8º do art. 26, Decreto nº 10.024/2019).

5.6. Documentos complementares serão solicitados nos termos do capítulo XI deste edital.

5.7. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

5.8. Os preços oferecidos devem estar compatíveis com os praticados no mercado.

5.9. O preço será fixo e irrevogável, ressalvado o disposto no item 19.1 do Termo de Referência.

5.10. **A validade da proposta** não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da sua apresentação.

5.11. Qualquer declaração falsa apresentada sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

5.12. A licitante deverá obedecer, rigorosamente, aos termos deste Edital e seus Anexos.

5.13. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.14. Qualquer elemento que possa identificar à licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

5.15. Depois da abertura da sessão não serão admitidas alterações nas propostas apresentadas, ressalvadas apenas a redução do preço proposto e aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. No dia e horário, indicados no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, será realizada a abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro.

6.2. Durante a sessão, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Incumbirá a Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão. (inciso IV Art. 19, Decreto nº 10.024/2019)

6.4. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo qualquer responsabilidade do provedor do sistema ou da PMDF por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (inciso III Art. 19, Decreto nº 10.024/2019)

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.1.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes. (Parágrafo único do Art. 28, Decreto nº 10.024/2019)

7.1.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro. (Art. 29, Decreto nº 10.024/2019)

7.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Iniciada à fase competitiva, as licitantes que tiveram suas propostas classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico e serão imediatamente informadas do recebimento e do valor consignado no registro de cada lance.

8.2. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença entre os lances que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta. (§ 3º Art. 30, Decreto nº 10.024/2019)

8.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante. (§5º Art. 30, Decreto nº 10.024/2019)

8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele recebido e registrado primeiro. (§ 4º art. 30, Decreto nº 10.024/2019)

8.5. Será adotado para o envio de lances no pregão o modo de disputa Aberto/fechado (Inciso III, Art. 14, Decreto nº 10.024/2019):

8.5.1. No modo de disputa aberto/fechado os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme critério de julgamento (menor preço). (Inciso II do Art. 31, Decreto nº 10.024/2019)

8.6. Do Modo de Disputa aberto/fechado

8.6.1. No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos. (Art. 33, Decreto nº 10.024/2019)

8.6.2. Encerrado o prazo de quinze minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada. (§1º Art. 33, Decreto nº 10.024/2019)

8.6.2.1. Encerrado o prazo aleatório, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo. (§2º Art. 33, Decreto nº 10.024/2019)

8.6.2.2. Na ausência de, no mínimo, três ofertas os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo. (§3º Art. 33, Decreto nº 10.024/2019)

8.6.3. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade. (§4º Art. 33, Decreto nº 10.024/2019)

8.6.3.1. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 8.7.2.1 e 8.7.2.2, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no 8.7.3. (§5º Art. 33, Decreto nº 10.024/2019)

8.6.4. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada. (§ 6º do Art. 33 do Decreto nº 10.024/2019)

8.7. No caso de **desconexão do pregoeiro**, no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.8. Quando a **desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br. (Art. 35, Decreto nº 10.024/2019)

8.9. Proceder-se-á, em igualdade de condições, como critério de desempate a preferência sucessiva aos bens e serviços: (§ 2º Art. 3º Lei nº 8.666/1993)

I - produzidos no País;

II - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

III - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

IV - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. (Art. 36, Decreto nº 10.024/2019)

8.10. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas. (§ único Art. 37 Dec. 10.024/2019)

9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro **DEVERÁ** encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital. (Art. 38 Dec. 10.024/2019)

9.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, de que trata o Capítulo IX, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado neste edital, e verificará a habilitação do licitante. (Art. 39, Decreto nº 10.024/2019)

10.1.1. O pregoeiro solicitará ao licitante classificado em primeiro lugar o envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, contados da solicitação, juntamente com os documentos complementares (planilhas, certificados, laudos) e comprovações solicitadas em anexo, se necessário, todos encaminhados via sistema eletrônico. (§2º Art. 38, Decreto nº 10.024/2019)

10.1.2. A proposta inserida no sistema nos termos do item 10.1.1 deverá conter:

a) Ser impressa em língua oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas devidamente datada e assinada pelo representante legal da pessoa jurídica, conter nome da proponente, endereço completo, telefone, número do CNPJ e da inscrição estadual ou do Distrito Federal;

b) O valor unitário e total para cada item cotado, em moeda nacional, já considerados e inclusos todos os custos necessários, tais como: BDI e encargos sociais, impostos, taxas, tributos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, para execução no local indicado neste edital, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

c) As especificações dos serviços de forma a demonstrar que atendem as exigidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste edital, e, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no www.comprasgovernamentais.gov.br e as constantes deste edital, prevalecerão estas últimas;

d) O prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

10.1.2.1. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta e não constar o registro de prazos divergentes dos estabelecidos, eles serão considerados como aceitos pela licitante, ficando esta obrigada ao cumprimento dos mesmos.

10.2. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e documentação solicitadas, terá sua proposta desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.3. Para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **menor preço global**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições estabelecidas neste Edital.

10.3.1. O Pregoeiro poderá suspender a sessão para solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores da PMDF, ou, ainda, de outros órgãos ou entidades, a fim de subsidiar sua decisão. (Parágrafo único Art. 17, Decreto nº 10.024/2019)

10.3.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas a sanar erros, falhas ou subsidiar decisões, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata. (§ único Art. 47, Decreto nº 10.024/2019)

10.3.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ainda que estejam abaixo do valor de referência contido neste edital, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela

renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração. (Decisão nº 2180/2017 - TCDF)

10.4. Será desclassificada a proposta que contenha preço manifestamente inexequível, assim considerado aquele que seja inferior ao custo de produção, acrescido dos encargos legais, desde que a licitante, depois de convocada, não tenha demonstrado a exequibilidade do preço ofertado, que poderá, também, ser precedido dos seguintes procedimentos:

- I - Solicitação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- II - Apresentação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;
- III - Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;
- IV - Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- V - Pesquisas junto aos órgãos públicos ou empresas privadas;
- VI - verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- VII - pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- VIII - verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- IX - levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- X - estudos setoriais;
- XI - consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e
- XII - análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

10.5. Não serão adjudicados os itens para os quais, após a negociação com os fornecedores, sejam apresentadas propostas finais com valores superiores aos respectivos valores estimados pela Administração.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO:

11.1.1. Comprovação da Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de identidade do responsável legal pela pessoa jurídica.
- b) Registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Comprovante de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e, também, de Cadastro de Contribuinte Estadual e Municipal ou do Distrito Federal da sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- b) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante.
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- d) Para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br (art. 173 da LODF).
- e) Certidão de Regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- f) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. (Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

11.1.3. Qualificação Técnica:

- a) **Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante prestou serviço de Seguro Aeronáutico com importância segura igual ou superior ao valor estimado total do objeto previsto no item 6.1 do Anexo I, que descreve o valor total a ser segurado pela contratada;** A empresa poderá apresentar atestados em que as somas de valores resultem em cobertura securitária na monta acima, desde que todas as coberturas tenham tido início da vigência com diferença máxima de 60 (sessenta) dias corridos da apólice mais antiga.
- b) Certidão, Atestado ou Declaração emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, comprovando sua regularidade perante aquele órgão.

11.1.4. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
- b) Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
 - I - As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
 - II - A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = -----

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ATIVO CIRCULANTE

LC = -----

PASSIVO CIRCULANTE

ATIVO TOTAL

SG = -----

PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

III - As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado - que deverá recair sobre o montante do lote que pretenda concorrer - constante do Anexo I.

11.1.5. Outros Documentos: (§ 4º do Art. 26 do Decreto nº 10.024/2019)

I - Declaração, em campo próprio no sistema, atestando que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexo, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
- b) Sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- c) Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal.
- d) A proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.
- e) Não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- f) Conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se APLICADO AO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- g) Sob as penas da lei, que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.
- h) De que atende à previsão contida no Art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, mantendo o percentual de no mínimo cinco por cento e no máximo quinze por cento do quantitativo de trabalhadores contratados, para aprendizes, assim definidos em Lei, bem como os mantêm matriculados nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (exigível para as atividades cujas funções demandem formação profissional). (ANEXO V)

11.2. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

11.2.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, nos documentos por ele abrangidos. (Art. 43, Decreto nº 10.024/2019)

11.2.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados nos termos do item 5.1. (§ 1º do Art. 43, Decreto nº 10.024/2019)

11.2.2. É assegurada à licitante que esteja com algum documento vencido, ou não inserido no SICAF, o direito de encaminhar esta documentação em plena validade, juntamente com os não contemplados e previsto neste Edital, que deverá ser juntado ao sistema com a proposta, conforme estipulado no item 5.1. (§ 2º do Art. 26 e § 1º do Art. 43, Decreto nº 10.024/2019)

11.2.3. Os documentos exigidos para a habilitação que não estiverem contemplados no SICAF ou com cadastro desatualizado, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços conforme previsto no item 5.1.

11.2.4. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões se necessário, para verificar as condições de habilitação das licitantes, no entanto, não se responsabilizará pela possível indisponibilidade desses sistemas, quando da consulta no julgamento da habilitação, sendo de inteira responsabilidade da licitante a comprovação de sua habilitação.

11.2.4.1. A não apresentação dos documentos exigidos neste edital implicará em inabilitação da licitante, salvo se houver a possibilidade de consulta via internet durante o julgamento da habilitação pelo pregoeiro, condicionado ao estipulado no item 11.2.5.

11.2.4.2. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

11.2.5. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.2.6. Os documentos necessários para a habilitação, envidados conforme item 5.1, poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou pela Internet, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.

11.2.7. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos neste Edital e seus anexos.

11.2.8. Os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

11.2.9. Todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados tanto em nome da matriz e/ou em nome da filial.

11.2.10. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

11.2.11. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo Órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto os documentos que se destinam a comprovação da qualificação econômico-financeira, referentes ao balanço patrimonial, e qualificação técnica.

11.2.12. O pregoeiro poderá, na fase de julgamento, promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

11.2.13. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a licitante será inabilitada.

11.2.14. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

11.2.15. Será declarada a vencedora da licitação a que apresentar o menor preço global e atender a todas as exigências do edital.

11.2.16. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrado em ata e acessível aos licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação. (Art. 47, Decreto nº 10.024/2019)

11.2.16.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas a sanar erros, falhas ou subsidiar decisões, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata. (§ único Art. 47, Decreto nº 10.024/2019)

12. DO RECURSO

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer. (Art. 44, Decreto nº 10.024/2019)

12.2. A licitante que manifestar a intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto a licitante declarada vencedora.

12.4. O recurso não acolhido pelo pregoeiro será apreciado e decidido pela autoridade superior.

12.5. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Os autos do processo ficarão armazenados no Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, e poderão ter vistas franqueadas aos interessados mediante solicitação encaminhada via sistema comprasnet, ou pelo e-mail splpmdf@gmail.com. (Decreto nº 36.756/2015 c/c Portaria SEPLAG nº 459/2016)

12.6.1. Para acesso aos autos via SEI-GDF, o interessado poderá ser cadastrado no sistema na condição de usuário externo, solicitado por meio do portal SEI-GDF (<http://www.portalsei.df.gov.br/usuario-externo/>), ou receber a documentação digitalizada via e-mail ou por dispositivo de memória externa fornecido pelo interessado na Seção de Procedimentos Licitatórios, localizada na Área Especial 04 do Setor Policial Sul, Anexo I do Quartel do Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal. (Decreto nº 36.756/2015 c/c Portaria SEPLAG nº 459/2016)

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Na ausência de recursos o pregoeiro adjudicará o objeto e encaminhará os autos do processo, devidamente instruídos, ao Chefe do Departamento de Logística e Finanças da Polícia Militar do Distrito Federal, e proporá a homologação. (Art. 46, Decreto nº 10.024/2019)

13.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Chefe do Departamento de Logística e Finanças da Polícia Militar do Distrito Federal adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório. (Art. 45, Decreto nº 10.024/2019)

13.3. O objeto deste Pregão será adjudicado por lote, à licitante vencedora.

14. DO CONTRATO

14.1. O contrato terá **vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o item 17.3. do Termo de Referência** a contar da data de sua assinatura, **persistindo as obrigações decorrentes da garantia**, quando houver, permitida a sua prorrogação na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993, sendo seu extrato publicado no DODF.

14.2. A Administração convocará a empresa vencedora a assinar o Instrumento Contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei.

14.2.1. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo contratado durante a vigência contratual. (§1º Art. 48, Decreto nº 10.024/2019)

14.2.2. A empresa vencedora deverá providenciar o cadastro de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informação, solicitado por meio do portal SEI-GDF (<http://www.portalsei.df.gov.br/usuario-externo/>), para fins de assinatura do contrato e/ou outros documentos. (Decreto nº 36.756/2015 c/c Portaria SEPLAG nº 459/2016).

14.3. O prazo para assinatura do contrato será de até 3 (três) dias úteis contados a partir da disponibilização do documento para acesso externo via SEI-GDF podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14.4. O contrato se subordina ao Termo de Contrato Padrão Nº 01/2002, em conformidade com o Decreto 23.287, de 17/10/2002, do Distrito Federal que segue como Anexo VI a este Edital, e terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, permitida a sua prorrogação na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

14.5. Por ocasião da celebração do contrato, será exigida da licitante vencedora a prestação de uma das seguintes garantias:

I - Caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)

II - Seguro-garantia; ou,

III - Fiança bancária.

14.5.1. Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia acima, no percentual de **2 %** (dois por cento) do valor do contrato (Lei nº 8.666/93, art. 56, parágrafo 2º).

14.5.2. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

14.5.3. Toda e qualquer garantia prestada pela licitante vencedora será liberada mediante pedido por escrito:

a) Somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

b) Poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) Ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

14.5.4. Sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da Nota de Empenho - NE emitida.

14.6. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o Inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

14.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, conforme disposto no Inciso XXIII, do artigo 4º da Lei nº 10.520/2002, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções legais. (§2º do Art. 48, Decreto nº 10.024/2019)

14.7.1. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento, sujeitando o infrator às penalidades legalmente estabelecidas.

14.7.2. O disposto no item anterior não se aplica aos licitantes convocados nos termos, do art. 64, parágrafo 2º da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

14.8. A inexecução parcial ou total do contrato, de acordo com o artigo 78 da Lei 8.666/93, ensejará a sua rescisão e a penalização da empresa nos termos deste Edital e da Lei 8.666/93.

14.9. Constituem motivo para rescisão do contrato a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato.

14.10. Será designado um executor para o contrato, ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeiras vigentes (Decreto nº 32.598, de 15/12/2010).

14.11. O contrato será rescindido com a aplicação de multa se confirmado o uso de mão de obra infantil no processamento, transporte, ou qualquer fase produtiva do bem, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis. (Lei Distrital nº 5.061 de 08.03.2013 – Parecer nº 343/2016 – PRCON/PGDF)

14.12. Constitui motivos para rescisão de contrato qualquer ato praticado pela contratada de conteúdo: (Lei Distrital nº 5.448/2015)

- I - discriminatório contra a mulher;
- II - que incentive a violência contra a mulher;
- III - que exponha a mulher a constrangimento;
- IV - homofóbico;
- V - que represente qualquer tipo de discriminação.

14.13. O contrato a ser firmado pode ser reajustado depois de transcorrido 1 (um) ano de sua vigência, a partir da apresentação da proposta de preços e em conformidade com a legislação pertinente.

14.13.1. O critério de reajuste, quando couber, deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, aplicados quando da execução de serviços não contínuos ou contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, desde a data prevista para apresentação da proposta, até a data do adimplemento de cada parcela, aplicando-se o IPCA/IBGE.

14.13.1.1. Nas contratações em que o valor do contrato de serviços seja preponderantemente formado pelos custos de insumos, poderá ser adotado o reajuste em sentido estrito, adotando-se o IPCA/IBGE, observado o prazo mínimo de vigência contido no item 19.1 do Termo de Referência.

14.13.2. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

14.13.3. O prazo máximo acima referido ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos;

14.13.4. A Polícia Militar do DF poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

15.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;

15.3. Responsabilizar-se das eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) deste Ato Convocatório;

15.4. Comprovar, mês a mês, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados destinados para a prestação dos serviços, assim como de efetivo pagamento dos respectivos trabalhos (no caso de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra);

15.5. O não atendimento das determinações constantes da Lei nº 5.087/2013 implica a abertura de processo administrativo para **rescisão unilateral** do contrato pela Administração Pública. (Lei Distrital nº 5.087/2013)

15.6. A contratada é obrigada a reservar o percentual de 2% das vagas de trabalho, destinadas ao cumprimento do contrato com a PMDF, para pessoas em situação de rua, excetuando-se as empresas mencionadas na Lei federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983. (Lei Distrital nº 6.128/2018)

15.7. Deverá comprovar, no ato da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, que fornece plano de saúde aos funcionários prestadores de serviço oriundo do contrato com a PMDF, nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012.

15.8. Adotar na execução das obrigações, práticas de sustentabilidade ambiental, a recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela PMDF, práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização, nos termos estabelecidos na Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que sejam aplicáveis ao objeto desta licitação. Apresentar a declaração do ANEXO II - Modelo de Declaração de Sustentabilidade, quando da assinatura do contrato ou equivalente;

15.9. **Constitui obrigação** da contratada o **disposto no Termo de Referência** (Anexo I) do presente edital.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Indicar o executor interno do Contrato, conforme art. 67 da Lei 8.666/93 e art. 41, inciso II e § 3º do Dec. 32.598/2010.

- 16.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.
- 16.3. Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.
- 16.4. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço.
- 16.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do Objeto Contratado.

17. DO RECEBIMENTO

- 17.1. O objeto desta licitação será recebido por servidor, ou comissão nos casos de contratações com valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), designado(a) pela autoridade competente, mediante recibo, da seguinte forma:
- a) Provisoriamente de acordo com o item 7.4. do Termo de Referência, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação; e
 - b) Definitivamente de acordo com o item 7.5. do Termo de Referência, após a verificação da sua conformidade com as especificações e requisitos contidos na proposta e previstos neste edital e consequente aceitação.
- 17.2. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;
- 17.3. Se a licitante vencedora deixar de executar os serviços, dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Edital.

18. DO PAGAMENTO

- 18.1. Para efeito de pagamento, a PMDF consultará os sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das certidões a seguir relacionadas, para a verificação da regularidade fiscal da Contratada:

- a) Certidão de regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Decreto Federal nº 8.302/2014);
- b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- c) Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011).
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.

- 18.1.1. Em havendo a impossibilidade de consulta, pela Administração, aos sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das citadas certidões, o pagamento ficará condicionado à apresentação, pela Contratada, da comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista.

- 18.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

- 18.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA/IBGE.

- 18.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

- 18.5. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte:

- I - A multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e
- II - Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do serviço, ou ainda superior ao valor da garantia prestada, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

- 18.6. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e da agência em que desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, e alterações posteriores.

- 18.6.1. Ficam excluídas desta regra:

- a) os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública Federal;
- b) os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
- c) os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

- 18.7. Será efetuada a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN nº 1.244/2012.

- 18.8. A retenção dos tributos não será efetivada caso a licitante apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que o ele é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte –SIMPLES.

- 18.9. Documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento serão formalmente devolvidos à Contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua apresentação.

- 18.10. Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição, deverão ser reapresentados num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

- 18.11. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

19. DAS SANÇÕES

- 19.1. De acordo com o estabelecido no Decreto DF nº 26.851, de 30/05/2006, e alterações posteriores (Anexo VI).

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A PMDF poderá **revogar** este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo **anulá-lo** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.1.1. A anulação do pregão induz à do contrato.

20.1.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

20.2. Será realizada pesquisa prévia junto aos Portais na Internet de governos (SICAF - Sistema de Cadastramento de Fornecedores, Secretaria de Transparência e Controle – STC/GDF e Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCDF - <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) para aferir a existência de algum registro impeditivo ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública.

20.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desde Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.4. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#). (Art. 47 do Decreto nº 10.024/2019)

20.5. A critério do Pregoeiro poderá ser prorrogado o prazo estabelecido de 02 (duas) horas contados a partir da solicitação no Sistema Eletrônico, para envio da proposta e documentação em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema Compras governamentais.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na PMDF.

20.7. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

20.8. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. (§2º Art. 2º, Decreto nº 10.024/2019)

20.9. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, previamente justificadas pela Polícia Militar do DF, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial (Lei nº 8.666/93, art.65, §§ 1º, 2º).

20.10. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da PMDF, cujos avisos serão amplamente divulgados pelos mesmos meios de publicação da abertura.

20.11. As súmulas dos contratos e dos aditivos pertinentes a obras, compras, serviços, alienações e locações celebrados pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública do Distrito Federal com particulares devem ser publicadas no Portal da Transparência de que trata a Lei nº 4.490, de 12 de dezembro de 2012 (Lei Distrital nº 5.575 de 18.12.2015).

20.11.1. A determinação prevista neste item visa conferir publicidade às contratações realizadas pelo Poder Público.

20.11.2. Das súmulas dos contratos de que trata este item devem constar informações referentes ao valor, ao objeto, à finalidade, à duração e ao prazo de vigência do contrato, bem como o nome ou a razão social do fornecedor do produto, da obra ou do serviço.

20.12. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro.

20.13. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo Pregoeiro, por meio do Telefone: (61) 3190-5555/5556/5557/5558/5559/5560.

20.14. **Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.**

21. ANEXOS

21.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

21.1.1. ANEXO I - Termo de Referência.

21.1.2. ANEXO II - Modelo de Declaração de Sustentabilidade (Lei Distrital nº 4.770/2012).

21.1.3. ANEXO III - Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública

21.1.4. ANEXO IV - De que atende à previsão contida no Art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT

21.1.5. ANEXO V - Minuta de Contrato.

21.1.6. ANEXO VI - Decreto DF nº 26.851, de 30 de maio de 2006, que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências

Ordenador de Despesas

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO

01. DEFINIÇÃO DO OBJETO

02. JUSTIFICATIVA

03. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

04. DO VALOR ESTIMADO

05. DO PRAZO DE EXECUÇÃO, ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

06. DA VISTORIA

07. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

08. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

09. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

11. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

13. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO

14. DAS CONDIÇÕES GERAIS

15. ANEXOS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência objetiva a contratação de serviços continuados para fornecimento de seguro aeronáutico para a frota de todas as aeronaves da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). O seguro em alusão abrange as coberturas de CASCO/LUC, Aditivo “A” e RETA, Aditivo “B” (classes 1 a 4), e adicionais, elencados abaixo, dos helicópteros e aviões de propriedade da PMDF a saber: a.03(três) helicópteros modelo Esquilo AS350B2; b. 01 (um) helicóptero modelo R44 Raven II; c. 01 (um) avião, modelo Cessna T 210 N; d. 01 (um) avião, modelo EMB-820C Carajá;

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A atividade aérea, por si só, envolve grandes riscos, e esses riscos são maximizados quando se trata de operação policial, a qual agrega alto grau de complexidade das missões executadas: apoio a ocorrências policiais com troca de tiros, evacuações médicas, missões de misericórdia, pousos em locais não homologados, voos noturnos, voos em instrução de tripulação, incluindo ainda, as missões de Defesa Civil, Busca e Resgate, Salvamento e Operações de Sling Cargo e Winching, Bambi-Bucket, treinamentos das tripulações, cheques e recheques inclusive com integrantes de outros órgãos, se for o caso, e etc.

2.2. A Corporação, para garantir a utilização eficiente e segura dos bens de sua propriedade, durante seu emprego nas mais diversas missões policiais, quanto a possíveis reparações do patrimônio da PMDF, bem como, indenizações por danos sofridos pela tripulação e por terceiros, reembolsos de despesas e responsabilidade legais a que vier a ser obrigado, inclusive danos morais, entende que é necessária a transferência da cobertura desses riscos para uma seguradora/resseguradora, a qual arcará com as eventuais despesas e/ou indenizações que possam decorrer dessas missões.

2.3. Pelo exposto, e ainda, considerando o alto valor dos bens em questão associada à grande quantidade de horas voadas pelas aeronaves da Corporação, em situações nem sempre favoráveis a segurança de voo, considerando a própria atividade que desempenha, faz-se imprescindível e conveniente a contratação do referido seguro, sem falar na obrigatoriedade de contratação de seguro para a emissão do certificado de aeronavegabilidade.

2.4. Vale acrescentar que o seguro aeronáutico tem suas normas relacionadas nas condições Gerais e Especiais da Superintendência de Seguros Privados e pelos Institutos de Resseguros que operam no Brasil, constante em todo contrato de seguros firmado no Brasil. Todas as normas visam atender o disposto no Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565/86), em seu capítulo VI - Das Garantias de Responsabilidade, mais especificadamente em seu artigo 281:

Art. 281. Todo explorador é obrigado a contratar o seguro para garantir eventual indenização de riscos futuros em relação:

I - aos danos previstos neste Título, com os limites de responsabilidade civil nele estabelecidos (artigos 257, 260, 262, 269 e 277) ou contratados (§ 1º do artigo 257 parágrafo único do artigo 262);

II - aos tripulantes e viajantes gratuitos equiparados, para este efeito, aos passageiros (artigo 256, § 2º);

III - ao pessoal técnico a bordo e às pessoas e bens na superfície, nos serviços aéreos privados (artigo 178, § 2º, e artigo 267, I);

IV - ao valor da aeronave.

2.5. Outra questão importante a ser ressaltada é a necessidade de contratação por lote ou grupo do objeto do Termo de Referência tendo em vista a projeção do risco da atividade por intermédio do contrato de seguro a uma única empresa evitando embarço na definição de responsabilidades e onerosidade à Administração Pública.

2.6. Essa afirmativa decorre do fato de que apesar da contratação especificar coberturas singulares, com conceitos e abrangências bem definidas, em situação real de eventual sinistro, seja acidente ou incidentes aeronáuticos, a indenização em cada matéria (casco da aeronave, despesas médicas das tripulações, reparações materiais e morais de terceiros etc) se confundirá já que a compensação financeira em alguns casos se inicia em uma cobertura e se complementa em outras. Mesmo sendo dividido em diversas coberturas, um contrato de seguro único proporciona maior economia para a Administração e otimiza a gestão e a fiscalização do contrato.

2.7. Neste sentido, faz-se necessária a contratação de empresa para prestação de seguro aeronáutico, nas coberturas CASCO (Aditivo A), RETA (Aditivo B) e LUC (Responsabilidade Civil- 2º risco), aos helicópteros e aviões operados pelo Batalhão de Aviação Operacional da Polícia Militar do Distrito Federal para a correta operação dentro dos ditames legais e regulatórios da aviação civil.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A contratação dos serviços obedecerá ao disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto Nº10.024, de 20 de setembro de 2019 e aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e alterações posteriores, bem como demais normativos constante no Instrumento Convocatório.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO COMUM

4.1. O Objeto desta licitação se enquadra nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, acolhida no Distrito Federal pelo Decreto nº 23.460/2002, por se tratar de serviço comum, com características e especificações usuais de mercado.

4.2. Embora a Lei do Pregão nos forneça um conceito do tipo aberto sobre o que seja comum, após analisar três aspectos, quais sejam:

4.2.1. A possibilidade de padronizar o objeto por meio de critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;

4.2.2. Disponibilidade no mercado destes materiais; e

4.2.3. Verificado se as especificações adotadas eram usuais neste mesmo mercado;

4.2.4. A presente contratação foi considerada comum e verificou-se que as especificações são usuais pelo mercado.

5. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Trata-se de prestação de seguro aeronáutico contratação de empresa registrada na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para a prestação do serviço de seguro aeronáutico para 03(três) helicópteros modelo Esquilo AS350B2; 01 (um) helicóptero modelo R44 Raven II; 01 (um) avião, modelo Cessna T 210 N e 01 (um) avião, modelo EMB-820C Carajá, operados pelo Batalhão de Aviação Operacional da Polícia Militar do Distrito Federal conforme coberturas abaixo:

COBERTURAS	AERONAVES	VALOR DE COBERTURA
CASCO – Aditivo A Adicionais: Cláusula 4 – Transporte de explosivos e/ou inflamáveis; Cláusula 5 – Ventos de velocidade igual ou superior a 60 nós, independente de existirem pontos próprios ou anilhas de amarração para o esteiamento ou ancoramento da aeronave; Cláusula 6 – Reintegração automática; Cláusula 16-A – Seguro de casco de helicóptero; Cláusula 20 – Ingestão. Cláusulas 22 a 25 – Guerra, Sequestro e Confisco; V – 52 E – “Extended Coverage Endorsement” (Aircraft Liabilities) Cláusula de Responsabilidade Não Aeronáutica (AVN59) Cláusula de Responsabilidade Civil para pilotos e tripulantes –(AVN73)	PP-FSP	US\$ 1.000.000,00
	PR-PMD	US\$ 2.415.000,00
	PR-PMF	US\$ 2.415.000,00
	PR-PDF	US\$ 442.000,00
	PR-LLN	US\$ 175.000,00
	PT-VKJ	US\$ 600.000,00
RETA - Aditivo B (classes 1,2,3 e 4)	Para cada aeronave	cf. CBA

5.2. Respeitados os limites indicados no contrato, a Seguradora contratada se obrigará a indenizar a contratante pelos prejuízos decorrentes de sinistro com a aeronave descrita na Apólice e seus equipamentos e acessórios enquanto a bordo. A cobertura seguratória deverá abranger as condições gerais para seguros aeronáuticos acrescido do aditivo A (Garantia CASCO), e da Responsabilidade Civil 2º RISCO - LUC - Dano Moral, e da Garantia RETA (aditivo B), estipuladas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).

5.3. O serviço de seguro aeronáutico para as aeronaves da Polícia Militar do Distrito Federal compreenderá todas as suas operações, inclusive as de instrução de tripulação e de manutenção.

5.4. A empresa contratada é obrigada a segurar todas as condições estabelecidas no Anexo A1 do presente termo. doc. 47119016

6. DO VALOR ESTIMADO

6.1. O valor total estimado para a presente contratação é de R\$ 1.312,727,25 (Um milhão trezentos e doze mil setecentos e vinte e sete e vinte e cinco centavos), conforme demonstrado a seguir e detalhado no Anexo B, doc. 47119210.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	AS 350 B2 (PP-FSP), ano 1991	01	R\$ 205.200,00	R\$ 205.200,00
	2	AS 350 B2 (PR-PMD), ano 2011	01	R\$ 404.077,35	R\$ 404.077,35
	3	AS 350 B2 (PR-PMF), ano 2011	01	R\$ 404.077,35	R\$ 404.077,35
	4	R44 (PR-PDF), ano 2013	01	R\$ 122.593,70	R\$ 122.593,70
	5	Cessna T210 N (PR-LLN), ano 1979	01	R\$ 67.091,85	R\$ 67.091,85
	6	EMB 820C (PT-VKJ), ano 1988	01	R\$ 109.687,00	R\$ 109.687,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO					R\$ 1.312,727,25

7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO, ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.1. Por se tratar de contrato de seguro aeronáutico, a cobertura terá validade de 12 (doze) meses a contar da emissão da apólice ou certificado de seguro emitido pela seguradora, entendendo como o período regulatório de manutenção de indenização em caso de sinistro.

7.2. O prazo para emissão de documento oficial (Apólice ou Certificado de Seguro Aeronáutico) deverá ser no máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da assinatura do instrumento contratual, onde o mesmo deverá ser entregue na sala da Seção de Projetos Contratos e Convênios do BAVOP sito a SRIA Área Especial 10 módulo "A" Guarã II, Brasília-DF CEP: 71.070-701, em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

7.3. Com o objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, o recebimento da apólice será realizado:

7.4. Provisoriamente, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade da apólice com as especificações constantes neste documento;

7.5. Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, após verificação de sua compatibilidade com as especificações descritas no Termo de Referência e sua consequente aceitação mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

7.6. Caso a apólice entregue estiver em desacordo com o especificado neste Termo de Referência, esta deverá ser substituída pela contratada em até 05 (cinco) dias

e o seu descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.

7.7. O recebimento definitivo da apólice não obsta futuros questionamentos acerca de eventual conflito de regras estabelecidas com o Edital de contratação, o qual deverá ser interpretado em prol do interesse público e da Administração.

7.8. Em caso de perda total, deverá haver a substituição das aeronaves por outra equivalente às especificações previstas neste Termo de Referência ou efetuar o pagamento da quantia certa em dinheiro, conforme limite estabelecido. Em caso de perda parcial, a contratada poderá efetuar a reparação dos danos.

7.9. Em caso de sinistro, deverá ser negociada com a PMDF/BAVOP a forma de indenização, que deverá ser preferencialmente na ordem de prevalência abaixo, podendo ser qualquer uma das três, ante a impossibilidade de atender a ordem de prioridade:

- Substituir a aeronave por outra equivalente;
- Pagar em dinheiro; ou
- Mandar reparar os danos.

8. DA VISTORIA

8.1. As empresas interessadas poderão fazer um reconhecimento do bem antes da apresentação das propostas, Anexo "D" doc. 47119286, a fim de tomar conhecimento sobre a extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da execução, bem como se cientificarem de todos os detalhes necessários à perfeita execução dos serviços, em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas do Distrito Federal (Decisões 1.443/2011, 3.119/2011 e 4.117/2011 do TCDF).

8.2. A proponente deverá apresentar, juntamente com os documentos da proposta, Termo da Vistoria realizada ou declaração de que se abstém da visita técnica e conhece todos os detalhes técnicos em relação ao local de execução do objeto. Anexo "E" doc. 47119320 e Anexo "F" doc. 47119355

8.3. As empresas interessadas em vistoriar o bem objeto dessa contratação, deverão entrar em contato com a Seção de Contratos e Convênios do BAVOP, por meio do telefone (61) 3190-7960, ou (61) 99666-6014 no horário de 13:00 às 19:00, de segunda a sexta-feira.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Prestar as informações e os esclarecimentos sobre o contrato, que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE.

9.2. Manter durante a execução do Contrato, as mesmas condições fiscais, econômicas e técnicas exigidas na licitação.

9.3. Indicar ao contratante, em comum acordo com o contratado, um representante/ preposto, preferencialmente corretor de seguros, e com sede no Distrito Federal, e com atestado de capacidade técnica referente ao objeto licitado, o qual deverá:

- Atender as solicitações da contratante, na resolução de pendências junto à contratada.
- Realizar a gestão das demandas referentes à administração do contrato, naquilo que diz respeito aos deveres contratuais da empresa CONTRATADA.

9.4. Acompanhar a execução do objeto em vigor.

9.5. Apresentar toda e qualquer documentação solicitada pelo CONTRATANTE.

9.6. Assegurar-se de que as determinações da Polícia Militar do Distrito Federal sejam disseminadas junto à empresa CONTRATADA.

9.7. Informar a CONTRATADA sobre problemas de qualquer natureza que possam impedir o bom andamento dos serviços.

9.8. Emitir e entregar à CONTRATANTE as respectivas apólices em até 15 (quinze) dias, a partir da assinatura do instrumento de contrato ou recebimento do empenho, Seção de Projetos Contratos e Convênios do BAVOP, correndo por sua conta todas as despesas de embalagem, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

9.9. Indenizar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a constatação da perda do bem segurado, a Contratante seguindo os critérios estabelecidos no presente Termo, consultado o executor do contrato, obedecendo a seguinte ordem:

- a) Substituir a aeronave por outra equivalente;
b) Pagar em dinheiro; ou
c) Mandar reparar os danos.

9.10. Cobrir os riscos da operação desenvolvida pelas referidas aeronaves conforme a apólice de seguro, levando-se em consideração o Certificado de Aeronavegabilidade da Aeronave.

9.11. Garantir a cobertura em todo território nacional.

9.12. Assegurar a cobertura para os riscos de ingestão de objetos estranhos na turbina e todas as demais situações elencadas no Termo.

9.13. Garantir o valor segurado do casco da aeronaves objetos deste termo de referência, conforme cotação mercadológica internacional da Aircraft Blue Book® para as aeronaves PP-FSP, PR-PMD, PR-PMF, PR-PDF, PR-LLN, e conforme cotação no mercado brasileiro da aeronave PT-VKJ.

9.14. Registrar as franquias: em voo de 5% e em solo de 0,5%.

10. DA FRANQUIA

10.1. No ramo aeronáutico as franquias são definidas conforme a Tarifa de Seguros constante no Manual Técnico, em suas Condições Gerais (art. 7º da Circular SUSEP/ Ministério da Indústria e do Comércio nº 019, de 05 de Maio de 1971, alterado pela Circular nº 016, de 4 de junho de 1973).

10.2. Para o seguro aeronáutico proposto no presente Termo e para as aeronaves da PMDF, serão aplicáveis as franquias de 0,5% do valor segurado, para aeronaves com os rotores parados, e 5% do valor segurado, para aeronaves com rotores em movimento ou em caso de perda total.

10.3. No caso dos aviões, entenda-se: franquias para aeronaves em voo (5%) e franquias para aeronaves em solo (0,5%), excetuando casos de perda total.

10.4. Para as situações de sinistros ocorridos durante as manutenções das aeronaves, realizadas por mecânicos habilitados da própria instituição ou por outros mecânicos militares, que por força de convênios, atuem como tal na PMDF, será considerada a franquia de rotores parados ou avião em solo.

10.5. Segue abaixo as cotação mercadológica internacional da Aircraft Blue Book® das aeronaves de prefixo PP-FSP, PR-PMD, PR-PMF, PR-PDF sendo utilizado como parâmetro o Factory New List Average Equipment Price para os helicópteros e o Average Retail Price para o avião PR-LLN, por serem valores que mais se aproximam com o preço de mercado das aeronaves. Em relação a aeronave de prefixo PT- VKJ por não haver cadastro internacional mercadológica desse modelo de aeronave, foi utilizado o valor encontrado no mercado brasileiro no site <http://aeronavesbrasil.com.br/aeronaves/4/75/avioes-bimotor/embraer-caraja> similar ao do objeto do contrato em ano e modelo.

AERONAVE	VALOR SEGURADO (US\$)	TAXA DE CONVERSÃO*	VALOR SEGURADO (R\$)	FRANQUIAS ROTOR EM MOVIMENTO (5%)**
HELICÓPTERO PP-FSP	US\$ 1.000.000,00	5,13	R\$ 5.130.000,00	R\$ 256.500,00
HELICÓPTERO PR-PMD	US\$ 2.415.000,00	5,13	R\$ 12.388.950,00	R\$ 619.447,50
HELICÓPTERO PR-PMF	US\$ 2.415.000,00	5,13	R\$ 12.388.950,00	R\$ 619.447,50
HELICÓPTERO PR-PDF	US\$ 442.000,00	5,13	R\$ 2.267.460,00	R\$ 113.373,00
AVIÃO PR-LLN	US\$ 175.000,00	5,13	R\$ 897.750,00	R\$ 44.887,50
AVIÃO PT-VKJ***	US\$ 600.000,00	5,13	R\$ 3.078.000,00	R\$ 153.900,00

* conforme consulta no site do Banco Central (29/07/2020).

** valores estimados (provisórios). A franquia levará em conta a cotação com base no dólar e no valor segurado definido no contrato.

*** valor encontrado no mercado brasileiro no site <http://http://aeronavesbrasil.com.br/aeronaves/4/75/avioes-bimotor/embraer-caraja> similar ao do objeto do contrato por não haver cadastro desse modelo no site de cotação mercadológica internacional da Aircraft Blue Book®

10.6. Assegurar a importância de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) a ser segurada para a cobertura LUC (RETA - 2º risco).

10.7. Arcar com todos os custos necessários para o fornecimento do seguro, incluindo despesas dos tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir.

10.8. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Distrito Federal ou a terceiros.

10.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.10 A contratada fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.449, de 12 de janeiro de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

10.11. A contratada deverá cumprir, no que for aplicável, as disposições regulamentadas na Lei Distrital nº 6.112/2018, que versa sobre a obrigatoriedade da implantação do programa de integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública.

11. DA SUSTENTABILIDADE

11.1. A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, bem como o Decreto de nº 36.519/2015, que regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, o Sistema de Registro de Preços, estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Publicado Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

12. DO PRÊMIO

12.1. Para o cálculo do valor do prêmio do seguro a empresa deve levar em consideração as cláusulas anteriormente citadas, bem como, as missões a que estarão submetidas a aeronave previstas no Anexo "A1" doc. 47119016, às configurações das aeronaves previstas no Anexo "A2" doc. 47119170, e a formação dos pilotos previstas no Anexo "C" doc. 47119243 e ainda os seguintes fatores:

12.2. O valor total do contrato, ou preço global, é o somatório dos preços das apólices de seguro dos aditivos "A", "B", LUC e demais coberturas adicionais contratadas, o qual deverá estar discriminado e expresso em moeda corrente nacional, sem a inclusão de quaisquer encargos financeiros ou previsão inflacionária, com os tributos, demais encargos e quaisquer despesas já computadas e apuradas no último dia para a entrega das propostas;

12.3. As aeronaves terão um custo de prêmio o qual será calculado com base no somatório dos aditivos "A", "B" e demais coberturas contratadas;

12.4. Os valores deverão ser discriminados nas apólices, conforme estabelece o presente Termo de Referência, devendo ser relacionados segundo as coberturas abrangidas;

12.5. No preço do prêmio das aeronaves já deverão estar computados os descontos concedidos e eventuais isenções definidas em lei.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. Avisar à contratada quando houver a necessidade do serviço ou prestação da indenização.

13.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

13.3. Designar servidor como executor do contrato.

13.4. Comunicar à contratada sobre qualquer irregularidade que venha ocorrer no decorrer do contrato.

13.5. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

13.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, conforme estipulado neste instrumento.

13.7. Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços, conforme o caso.

13.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, quando relacionados ao objeto em alusão, respeitadas as informações técnicas e de segurança atinentes ao órgão.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.1. Nos termos do Art. 30 da Lei 8.666/93 a empresa participante do certame deverá apresentar ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA de que já prestou serviço de Seguro Aeronáutico para operador público ou privado com importância segurada igual ou superior ao da "IMPORTÂNCIA SEGURADAFINAL" na tabela do item 6.1., que descreve o valor total a ser segurado pela contratada.

14.2. A empresa vencedora do certame deverá comprovar mediante certidão, atestado ou declaração emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, comprovando sua regularidade perante aquele órgão.

14.3. A empresa poderá apresentar atestados em que as somas de valores resultem em cobertura securitária na monta acima, desde que todas as coberturas tenham tido início da vigência com diferença máxima de 60 (sessenta) dias corridos da apólice mais antiga.

15. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 48, inciso II, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/1993.

15.2. O Objeto desta licitação, por se tratar de serviço comum, com características e especificações usuais de mercado, se enquadra nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 – Lei do Pregão – acolhida no Distrito Federal pelo Decreto nº 23.460/2002.

15.3. A empresa vencedora do certame deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, os documentos citados abaixo:

15.3.1 Certidão que comprove que a contratada pode atuar no ramo aeronáutico, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, ou autorização de igual equivalência para operar seguros aeronáuticos, conforme art. 78 do Decreto-Lei nº 73 de 1966;

15.3.2. Nos termos do Art. 31, § 1º da Lei 8.666/93 a empresa vencedora do certame deverá comprovar mediante certidão, atestado ou declaração atualizada emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que possui limite técnico, para o Ramo Aeronáutico, de no mínimo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). esse Limite de Retenção aprovado pela SUSEP com valor não inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para o Ramo Aeronáutico, deverá resguardar a Polícia Militar do Distrito Federal, uma vez que, suas aeronaves estão sempre operando em situações diferenciadas, sempre expostas a um maior risco que as demais aeronaves da aviação civil.

15.3.3. Certidão de regularidade e/ou Nada Consta expedida pela SUSEP com o nome empresarial e o CNPJ correspondentes ao da licitante que participou da etapa de lances e se sagrou vencedora, se aplicável;

15.4. A não apresentação da citada documentação (válida) impedirá a assinatura do contrato e promoverá a desclassificação da empresa vencedora, convocando-se as demais empresas, em ordem de classificação, para prosseguimento do certame.

16. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

16.1. Serão designados para o acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato, conforme prevê o Art. 67 e 82 da Lei nº 8.666/93, nos termos estabelecidos na Portaria PMDF nº 728/2010, não eximindo, contudo, a contratada de eventuais responsabilidades não apontadas no decurso da execução do contrato, os seguintes Policiais Militares:

FUNÇÃO	POSTO/GRADUAÇÃO	NOME	MATRÍCULA
Executor	CAP QOPM	Thiago Vinícius Brandão Moura	81.344-3
Substituto	1º TEN QOPM	Kéilton dos Santos Silva	195.492-X

16.2. Desta feita, os policiais militares relacionados exercerão ainda os papéis de prepostos do processo até a competente nomeação para fins de fiscalização, através dos contatos abaixo descritos:

Seção de Projetos Contratos e Convênios do BAVOP
End.: SRIA Área Especial nº 10 Bloco B Guará II/DF, CEP 71.070-701.
Tel.: (61) 3190-7960
E-mail: projetos.bavop@gmail.com

16.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por comissão designada, na forma dos arts 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e dos Decretos nº 32.598/2010 e nº 32.753/2011.

16.4. O executor deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.5. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o objeto deste Termo de Referência, a Contratante reservar-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a prestação de serviços.

17. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1. Para a cobertura do seguro, objeto deste Termo de Referência, será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo de Referência e da proposta de preços da licitante vencedora.

17.2. Em existindo contradições ou incompatibilidades (não observadas anteriormente pelo executor) entre o conteúdo do contrato e da apólice, considera-se o disposto no contrato em favor da Administração, cujas cláusulas foram definidas na licitação e redigidas previamente.

17.3. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, por meio de Termo Aditivo, para os subsequentes exercícios financeiros, observado o limite estabelecido no Inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993, após a verificação da real necessidade e com vantagens para o CONTRATANTE na continuidade deste CONTRATO.

17.4. Uma eventual prorrogação está condicionada à vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, obedecidas às demais disposições legais, uma vez que o objeto em contratação reveste-se do caráter essencial para o órgão, característica essa que se atrela à necessidade de existência e manutenção do contrato, pelo fato de eventual paralisação da atividade contratada implicar em prejuízo ao exercício das atividades da Administração contratante.

17.5. Nesse sentido é a definição apresentada nos artigos 1º e 2º da Lei nº 4.766, de 22 de fevereiro de 2012:

Art. 1º As licitações para prestação de serviços continuados no âmbito dos Poderes do Distrito Federal obedecerão ao disposto nesta Lei, sem prejuízo das demais normas aplicáveis à matéria.

Art. 2º Não se tratando de substituição de empresas para prestação do mesmo serviço, os editais e os contratos disporão, em cláusula, que, na seleção dos empregados para os novos postos de trabalho, terão prioridade os trabalhadores inscritos no cadastro unificado das

Agências do Trabalhador do Distrito Federal.

§1º Para efeitos desta Lei, serviços continuados são os que envolvem as atividades instrumentais de limpeza e conservação, recepção, copa e cozinha, vigilância e segurança patrimonial, transportes, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações.

E ainda o art. 15 da Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

18.2. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação "pro rata tempore" do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

19. DO REAJUSTE

19.1. Será admitido o reajuste do valor do contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurado durante o período, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses a contar da apresentação da proposta, conforme o Decreto nº 37.121/2016, analisado conforme o caso.

20. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à Administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

20.2. Pelo mesmo fato não há motivos para se admitir a subcontratação, de forma a gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à Administração Pública. Deste modo, é vedada a subcontratação do objeto.

20.3. Registre-se que o benefício da subcontratação (compulsória) deve ser afastado quando da existência de uma das justificativas dispostas no art. 27, § 11, da Lei Distrital nº 4.611/2011, dentre as quais se destacam a inviabilidade sob o aspecto técnico ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, pelas mesmas justificativas elencadas nas razões pela adjudicação por lote.

20.4. Logo, como a subcontratação não pode atingir a totalidade do contrato, conforme leitura do artigo 72 da lei nº 8.666/93, e a fragmentação das coberturas, conforme já exposto, geram prejuízos à Administração no tocante à execução contratual para delimitação de responsabilidade no hipótese de sinistro, sendo portanto vedado na presente contratação.

20.5. Urge ressaltar que, a divisibilidade do certame por itens corresponde a uma licitação e a um respectivo contrato, o que não garantiria maior celeridade e eficiência às várias etapas procedimentais relativas à licitação, a formalização e acompanhamento da execução do serviço, ao controle dos atos processuais, com reflexos na economia processual e financeira. E, ainda, não atenderia ao princípio da eficiência no sentido de preservar a elevada necessidade de manter a qualidade e nível da execução e acompanhamento dos serviços.

20.6. Luiz Rigolin ressalta que:

"... a subcontratação deve revelar-se, em princípio e antes de sua materialização, desejavelmente vantajosa para a Administração contratante e o particular contratado, ou no mínimo indiferente para a Administração com relação à contratação mesma, ou seja "não pior" para o Poder Público que aquela contratação originária."

20.7. Em suma, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU, uma vez admitida a subcontratação, esta somente pode alcançar parte do objeto contratado. Inclusive, recentemente esse Tribunal proferiu julgamento no sentido de que a subcontratação integral do objeto pactuado desnatura o certame licitatório e justifica a apenação do agente que a autorizou. Deste modo, entende-se que não há formas de divisão do objeto que não seja subcontratar uma outra empresa para atuar no mesmo local e com mesmo objeto, o que contraria veemente os julgados do TCU.

20.8. De igual maneira, não se aplica o benefício elencado nas Leis Complementares nº. 123/2006 e nº 147/2014, que versam sobre a cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte, em razão de o objeto ser indivisível.

21. DAS CONDIÇÕES GERAIS

21.1. Deverão estar inseridas nas condições gerais todas as condições ou explicações que não estiverem no corpo da proposta, como por exemplo: o entendimento sobre quem é o Comandante da Aeronave.

21.2. Neste caso deverá vir estipulado nas condições gerais da seguinte maneira:

- Entende-se por piloto em comando, aquele que constar no plano de voo, na notificação, ou na escala de serviço do Batalhão de Aviação Operacional, como tal, admitindo-se a ocupação em ambos os assentos dianteiros, desde que os comandos de voo estejam disponíveis para exercício da função.

- Os casos omissos serão resolvidos em comum acordo, sempre em conformidade com a legislação/ jurisprudências vigentes.

21.3. Eventuais questões não definidas no presente termo serão sanadas pelo Comandante do Batalhão de Aviação Operacional, à luz da legislação vigente, ouvido o Chefe do Departamento de Logística e Finanças da PMDF ou indicado por ele.

21.4. Todas as normas deverão obedecer ao disposto no Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/86, em seu capítulo VI, Da Garantia de Responsabilidade, art. 281, ART. 1º, I, da Circular BACEN nº 2.217, de 24/08/92, e legislação apropriada, além de atender ao disposto no edital do respectivo Pregão eletrônico.

22. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da cobertura é aquela prevista no Instrumento Convocatório.

23. DAS ESPECIFICAÇÕES DA AERONAVE E ACESSÓRIOS

23.1. A PMDF possui 4 (quatro) aeronaves de asa rotativa e 2 (duas) aeronaves de asa fixa, abaixo arrolados devidamente especificadas conforme Anexo "A2" doc. 47119170.

- a. Helicóptero H350 B2, matrícula PP-FSP;
- b. Helicóptero H350 B2, matrícula PR-PMD;
- c. Helicóptero H350 B2, matrícula PR-PMF;
- d. Helicóptero R44 Raven II, matrícula PR-PDF;
- e. Avião Cessna T210 N, matrícula PR-LLN.
- f. Avião, Carajá EMB-820C, matrícula PT-VKJ

23.2. Ressalta-se que o memorial descritivo relacionado no Anexo "A2" doc. 47119170. tem o condão estritamente orientador, não eximindo a empresa participante da responsabilidade em realizar a vistoria no bem, objeto da licitação.

24. DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA CÁLCULO DO PRÊMIO

24.1 AEROPORTO DE MAIOR FREQUÊNCIA:

- Aeroporto Internacional de Brasília - SBBR.

24.2. MÉDIA MENSAL DE HORAS VOADAS:

- Nos helicópteros: 70 a 150 horas (estimado);

- Nos aviões: 20 a 100 horas

24.3. OFICINA DE MANUTENÇÃO DO HELICÓPTERO

- AEROMOT AERONAVES Contrato 00054-00027148/2019-11 (PR-PDF)

- FÊNIX HELICÓPTEROS Contrato 00054-00032536/2019-13 (PP-FSP, PR-PMD, PR-PMF) além da própria Oficina Credenciada do CPAER/BAVOP

- SAFRAN HELICOPTER ENGINES Contrato 054.000.119/2015

- FORMAER Contrato 00054-00032791/2019-66 (PR-LLN)

- (PT-VKJ) Termo de Referência para contratação de manutenção em andamento.

24.5. UTILIZAÇÃO

- Serviço Policial, Defesa Civil, Resgate e transporte Aeromédico, Transporte de Tropa, Instrução de Tripulação, Escoltas, Transporte de Autoridades, Cheque, Recheque e Voos Administrativos e etc;

24.6. TRIPULAÇÃO

- Comporá, via de regra, as aeronaves 1 (um) piloto Comandante, 1 (um) copiloto e 3 (três) Tripulantes operacionais. Entretanto, essa composição poderá ser alterada a depender do tipo de missão a ser desempenhada, podendo ser inclusos mecânicos, outros militares e civis, além de enfermos e servidores externos à Corporação, no limite máximo da aeronave.

24.7. PERÍMETRO DE COBERTURA

a) A maior parte da operação é realizada em Brasília, porém, eventualmente as aeronaves podem operar em todo o Território Nacional, caso em que devem permanecer seguros.

24.8. INFORMAÇÕES GERAIS

- Não existem registros de sinistros relacionados às aeronaves ou aos pilotos listados no presente Termo de Referência nos últimos 20 anos.

- Intervenções de manutenção realizadas por empresa homologada pela ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil);

- Operação sob a égide de Procedimentos Operacionais Padrão – POP;

- Voos de treinamento regulares;

24.9. SEGURO ATUAL (RETA):

- Apólice: nº 15.35.1.001126;

- Seguradora: XL Seguros Brasil S.A;

- Vencimento: 06/11/2020.

24.10. O início do novo contrato a ser licitado deverá ter termo inicial no dia 07/11/2020 para não haver descontinuidade dos bens segurados e interrupção da disponibilidade de aeronaves por falta de cobertura seguradícia e não haver sobreposição de contratos vigentes.

25. DOS ANEXOS

25.1. São partes integrantes do presente Termo de Referência os seguintes Anexos:

Anexo A1 - Das Condições gerais do Seguro, doc. 47119016.

Anexo A2 - Da Especificação das Aeronaves, doc. 47119170.

Anexo B - Planilha de Preços, doc. 47119210.

Anexo C - Relação de Pilotos, doc. 47119243.

Anexo D - Modelo de Proposta Comercial, doc. 47119286.

Anexo E - Modelo de Declaração de Vistoria, doc. 47119320.

Anexo F - Modelo de Declaração de Abstenção de Vistoria, doc. 47119355.

ANEXO A1

DAS CONDIÇÕES GERAIS DO SEGURO

DAS CONDIÇÕES A SEREM COBERTAS PELA EMPRESA CONTRATADA

1. DO GLOSSÁRIO

1.1. Preliminarmente é preciso esclarecer algumas nomenclaturas que serão descritas no Termo de Referência visando dar maior lucidez e assim, subsidiar o entendimento das obrigações.

1.2. Segundo o dicionário Wikipédia, temos o conceito do termo Seguro Aeronáutico: *“Seguro aeronáutico garante cobertura para os riscos do transporte aéreo, isto é, os danos causados, os reembolsos de despesas e as responsabilidades legais, os quais o Segurado venha a ser obrigado a pagar em virtude da utilização da aeronave segura”.*

1.3. O seguro aeronáutico oferece dois tipos de garantias, a saber:

1.4. O Aditivo A – CASCO (“full”) que garante a indenização por danos materiais, por qualquer causa, causados à aeronave, por atos danosos praticados por terceiros e as despesas com Socorro e Salvamento. Essa cobertura de CASCO garante o pagamento de outra aeronave ou a entrega de um helicóptero equivalente ao preço-limite de cobertura; e

1.5. O Aditivo B – Responsabilidades do Explorador ou Transportador Aéreo (RETA) que é o seguro obrigatório no Brasil, que garante os danos pessoais e/ou materiais aos passageiros, tripulantes e suas bagagens, a terceiros no solo e a outras aeronaves, no caso de abaloamento ou colisão. Nessa cobertura, não se questionam os motivos do sinistro, mas é uma compensação imediata às vítimas ou familiares em virtude do sinistro. As classes definidas no seguro RETA são:

1.6. Passageiros e tripulantes (Classes I e II): Para riscos de morte, invalidez permanente (parcial ou total), incapacidade temporária, assistência médica suplementar e danos ou avarias às bagagens;

1.7. Pessoas e bens no solo (Classe III): Para os riscos de morte, invalidez permanente (parcial ou total), incapacidade temporária, assistência médica, despesas suplementares e danos materiais;

1.8. Danos por colisão ou abaloamento (Classe IV): Para riscos de morte, invalidez permanente (parcial ou total), incapacidade temporária, assistência médica, despesas suplementares de passageiros e tripulantes da aeronave abalroada.

1.9. Adicionalmente, é possível ainda a contratação independente das seguintes coberturas: Responsabilidade Civil (LUC – limite único combinado) (a segundo risco), ventos de velocidade igual ou superior a 60 nós, extensão do perímetro de cobertura, reintegração automática do limite máximo de garantia, acidentes pessoais dos passageiros e tripulantes, emergências e primeiros-Socorros, despesas médico-hospitalares, guerra, sequestro e confisco, “slung cargo & winching”, “from ground up”, permanência no solo, dentre outros.

1.10. A cobertura de Responsabilidade Civil (LUC - limite único combinado) mencionada acima corresponde ao segundo risco e indenizará todos os prejuízos decorrentes da responsabilidade civil do Segurado, seja de ordem material ou moral. A cobertura é muito importante nos contratos públicos sendo a garantia do ressarcimento aos terceiros envolvidos no sinistro cujo o valor estabelecido no Aditivo "B" (RETA) não possa suprir.

1.11. Por se tratar de órgão de natureza militar, outro adicional importante é a cláusula atinente ao Casco Guerra. Não obstante a sua nomenclatura, essa cobertura indeniza em eventos ocorridos exteriores à guerra, ou seja, declarada uma guerra internacional, sua cobertura não tem efeito. Ela é quem oportuniza as indenizações para as aeronaves em operação de natureza de segurança pública, elencada na RBAC 91, subparte K, onde descreve as "escoltas e transporte de dignitários" como atividades típicas.

1.12. Algumas terminologias específicas são empregadas no Termo, a saber:

1.13. *Prêmio*: Importância paga pelo Segurado à Seguradora em troca da transferência do risco a que ele está exposto;

1.14. *Sinistro*: Ocorrência de acontecimentos gerador de prejuízo que contratualmente obrigue a Seguradora a indenizar;

1.15. *Franquia*: Valor porcentual definido na Apólice pelo qual o Segurado fica responsável em caso de sinistro;

1.16. *Indenização*: Pagamento feito pela Seguradora quando da ocorrência do evento coberto;

1.17. *Comandante*: Pessoa com a licença de piloto comercial, devidamente habilitado na aeronave, com a responsabilidade pela operação e segurança da aeronave;

1.18. *Copiloto*: Pessoa devidamente habilitado na respectiva aeronave, com a função de auxiliar o Comandante no gerenciamento do voo e dos passageiros.

1.19. *Tripulante Operacional*: profissional encarregado da operação de segurança pública, defesa civil e demais atividades inerentes à função, em cooperação com os demais integrantes da tripulação e sob a subordinação do comandante da aeronave.

1.20. *Apoio Solo*: profissional encarregado de prover suporte administrativo e de serviços em solo durante a operação da aeronave, incluídos procedimentos de sinalização, abastecimento, combate a incêndio e auxiliar de manutenção e limpeza.

1.21. *Mecânico ou Assessor técnico*: Profissional encarregado da operação e controle de diversos sistemas conforme descritos nos manuais técnicos da aeronave e que, eventualmente, poderá auxiliar o comandante a bordo da aeronave. É ainda encarregado de prover suporte administrativo e de serviços em solo durante a operação da aeronave, incluídos procedimentos de sinalização, abastecimento, combate a incêndio e auxiliar de manutenção e limpeza.

2. DAS CONSIDERAÇÕES AO SEGURO DE CASCO - ADITIVO A

2.1. O serviço de seguro aeronáutico para as aeronaves da PMDF compreenderá todas as suas operações, inclusive as policiais, as de instrução de tripulação e de manutenção própria.

2.2. Esta cobertura obriga a seguradora a indenizar até o valor da importância Segurada, constante no Contrato de Seguro, os danos decorrentes de acidentes e os abaixo descritos com a aeronave da PMDF, qualquer que sejam os fatores contribuintes para o sinistro.

2.3. Os riscos cobertos serão os seguintes: acidentes, incidentes, ocorrências de solo, com qualquer que sejam a causa; atos danosos praticados por terceiros, entendendo-se como tal, exclusivamente, o ato isolado ou esporádico que não se relacione com aqueles enumerados nas exclusões, dentre outros.

2.4. Serão indenizáveis, até o limite máximo indicado na Apólice, os seguintes prejuízos: a) danos materiais causados à aeronave em decorrência de um risco coberto; e b) despesas com socorro e salvamento da aeronave sinistrada, quando necessárias e devidamente comprovadas, caso o Estado não seja imune ou isento.

2.5. O seguro deverá contemplar, além das cláusulas normais, admitindo os danos decorrentes de ação da natureza, casos fortuitos, desabamento de estruturas, as coberturas previstas nas cláusulas adicionais regulamentadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) elencadas a seguir:

2.5.1. Cláusula 4 – Transporte de explosivos e/ou inflamáveis

2.5.1.1. Terá cobertura a perda ou avaria da aeronave durante o transporte, como carga de explosivos e/ou inflamáveis, principalmente armamentos e outros materiais bélicos, portados ou não, bem como dos respectivos tambores vazios, desde que o referido transporte seja devidamente autorizado pelas autoridades competentes ou regulamentados pelo próprio órgão.

2.5.2. Cláusula 5 – Ventos de velocidade igual ou superior a 60 nós

2.5.2.1. Terá cobertura as perdas e danos causados à aeronave segurada em consequência de ventos de velocidade igual ou superior à de 60 (sessenta) nós, independente de existirem pontos próprios ou anilhas de amarração para o esteiamento ou ancoramento da aeronave.

2.5.3. Cláusula 6 – Reintegração automática

2.5.3.1. Em caso de indenização decorrente de prejuízo inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor ajustado, o Limite Máximo de Indenização previsto no citado aditivo ficará automaticamente reintegrado do valor da indenização paga, conforme definido na apólice.

2.5.4. Cláusula 16-A – Seguro de casco de helicóptero e Cláusula Particular de Pouso e Decolagem para Helicópteros;

2.5.4.1. Cobertura para a operação de helicópteros, por pilotos devidamente habilitados e com experiência mínima regulada pela apólice e definido no presente Termo. Diante da hipótese de emergência ou ainda operações em áreas não homologadas e/ou registradas, serão indenizáveis os prejuízos decorrentes dos sinistros definidos na presente contratação.

2.5.4.2. Não obstante o disposto nas Condições Gerais e Especiais do Seguro Aeronáutico, estão cobertos os riscos inerentes às operações de pouso e decolagem dos helicópteros nas margens de rodovias, campos de futebol, lagos, rios, quando em serviço nas áreas não preparadas (cerrado, caatinga, hidrologia, dentre outros); nas mais diversas missões inerentes ao serviço militar de segurança de autoridade, conforme autorização da ANAC estendida aos operadores de segurança pública e de Estado, e em outros locais necessários à segurança e/ou apoio logístico de tais serviços, inclusive os riscos decorrentes do abastecimento de combustível dos helicópteros em helipontos do segurado ou cooperados, nas suas diversas instalações predominantemente no Distrito Federal, desde que as pessoas que forem realizar o abastecimento estejam devidamente habilitadas para tal função e que os locais de abastecimento tenham especificações técnicas adequadas para o tipo de aeronave que será abastecida.

2.5.5. Cláusula 20 – Ingestão

2.5.5.1. Serão considerados indenizáveis pela Apólice, os prejuízos decorrentes de danos sofridos por motores à reação em consequência de sucção (ingestão) de objeto estranho ao mesmo, quando tais danos tenham sido provocados por evento súbito e acidental, cujos efeitos no funcionamento do motor atingindo exijam sua imediata retirada de serviço para reparos.

2.5.5.2. A franquia prevista na Apólice se aplicará a qualquer sinistro decorrente de ingestão, inclusive nos casos em que o motor seja considerado técnica ou economicamente irrecuperável.

2.5.6. Cláusulas 22 a 25 – Guerra – Sequestro – Confisco:

2.5.6.1. Abarca as operações de segurança pública, envolvendo todas as atividades elencadas no RBAC 91, subparte K, ou outra regulamentação suplementar que diga respeito às missões e competências da Casa Militar do Distrito Federal.

2.5.6.2. Como previsão regulamentar, a Seguradora pagará, substituirá ou reparará a perda da aeronave ou seus danos, conforme especificação da Apólice, causados por: a) guerra, invasão, atos de inimigos estrangeiros, hostilidades (haja ou não guerra declarada), guerra civil, rebelião revolução, insurreição, lei marcial, poder militar ou usurpado, ou tentativas para usurpação do poder; b) greves, de qualquer natureza, tumultos, comoções civis ou distúrbios

trabalhistas; c) qualquer ato de uma ou mais pessoas, sendo ou não agente(s) de um poder soberano, com fins políticos ou terroristas, seja a perda ou dano dele resultante acidental ou intencional; e d) qualquer ato malicioso ou ato de sabotagem.

2.5.7. V – 52 E– “Extended Coverage Endorsement” (Aircraft Liabilities)

2.5.8. Cláusula de Responsabilidade Não Aeronáutica (AVN59);

2.5.8.1. Esta apólice não cobre as responsabilidades do Segurado, salvo se decorrente de um ou mais dos itens a seguir relacionados:

1. Ocorrências que envolvam aeronaves ou parte de aeronaves ou equipamentos correlatos;
2. Ocorrências acontecidas em aeroportos;
3. Ocorrências acontecidas em qualquer outro local que se relacione com o negócio de transporte aéreo de passageiros ou carga pelo Segurado;
4. Ocorrências que aconteçam pelo fornecimento de artigos ou serviços a outros (i) em relação ao uso e/ou operação de aeronaves (ii) envolvidas na indústria de transporte aéreo.

2.5.9. Cláusula de Responsabilidade Não Aeronáutica (AVN73);

2.5.9.1. A cobertura proporcionada nesta cláusula se estende aos pilotos e tripulações operacionais da aeronave, aos integrantes da segurança da autoridade que estiver a bordo e qualquer outro servidor a serviço da Polícia Militar do Distrito Federal.

2.5.9.2. A seguradora contratada garantirá a indenização ao garantir o prêmio às aeronaves da PMDF, para, além das cláusulas acima elencadas, a realização das missões operacionais e de manutenção abaixo descritas: Transporte de autoridade;

- I - Transportes de órgãos;
- II - Operações com carga externa;
- III - Operações em áreas restritas;
- IV - Operações restritas;
- V - Operações de Segurança Pública com passageiros armados;
- VI - Operações noturnas;
- VII - Operações em heliponto elevado;
- VIII - Operações de lançamento de paraquedistas;
- IX - Transporte Aeromédico;
- X - Operações de Rapel e Mc Guire;
- XI - Transporte de tropa;
- XII - Instruções de pilotos e demais tripulantes;
- XIII - Cheques e recheques para obtenção e revalidação de licenças;
- XIV - Transporte de material bélico;
- XV - Escoltas, incluindo a de valores;
- XVI - Operação em todo território brasileiro;
- XVII - Operações de controle de distúrbio civil, abrangendo inclusive operações policiais envolvendo greves, tumultos e manifestações civis ou trabalhistas;
- XVIII - Operações policiais com Cães;
- XIX - Operações de Guincho/Gancho (Sling Cargo e Wiching);
- XX - Operações de Combate a Incêndios Florestais com uso do Bambi-Bucket;
- XXI - Translado em geral;
- XXII - Apoio a outros órgãos e entidades para serviço administrativo;
- XXIII - Exposição estática em eventos públicos e privados, inclusive ao ar livre, e colisão com veículos;
- XXIV - Manutenções preventivas e corretivas, realizadas por mecânicos habilitados da própria instituição ou outros mecânicos militares, que por força de Convênios ou outro Ato Administrativo de Cooperação, atuem como tal na PMDF;
- XXV - Instruções de Pilotos e demais Tripulantes, ainda que não pertencentes à PMDF, inclusas as instruções iniciais e as de complementação de horas;
- XXVI - Voos de fotografia e filmagens;
- XXVII - Perda ou avaria, incluindo prejuízos decorrentes de sinistro com a aeronave do Governo do Distrito Federal e seus equipamentos, decorrentes de acidentes aeronáuticos, incidentes ou ocorrências de solo com os rotores parados ou com os rotores acionados, quaisquer que sejam os fatores contribuintes e atos danosos praticados por terceiros.
- XXVIII - Pousos e decolagens em locais não homologados ou registrados;
- XXIX - Em transportes terrestres para realização de manutenção;
- XXX - Na ocorrência de alterações das condições de aeronavegabilidade, desde que essa alteração tenha sido autorizada/homologada pelas autoridades competentes;
- XXXI - Em voos de interesse de outro órgão ou entidade de caráter público, desde que o voo seja conduzido conforme o perfil operacional habitualmente utilizado pela PMDF e que atenda às normas de tráfego aéreo, acordo operacional vigente, ou que seja devidamente autorizado pelas autoridades de aviação civil e de proteção ao voo;
- XXXII - Em voos de demonstração, exibição, desfiles ou simples sobrevoos conduzidos de acordo com seu perfil normal de operação e com observância das regras de tráfego aéreo ou desvios autorizados pela legislação aeronáutica;
- XXXIII - Em voos com execução de desvios autorizados por acordo operacional firmado entre o operador e o órgão de tráfego aéreo, bem como nas operações conduzidas de acordo com as regras da Subparte “K” do RBHA 91, ou regulamentação que vier substituí-la, autorizadas pela ANAC, além dos dispositivos da ICA 100-4, AIC 0606 e outras normatizações que regulem as atividades de operações de helicóptero de Segurança Pública ou aviação de Estado;
- XXXIV - Quando, nos locais designados para pernoite, não existirem pontos próprios ou anilhas de amarração para o ancoramento da aeronave;
- XXXV - Quando a aeronave for tracionada manualmente;
- XXXVI - Quando os pousos e decolagens forem em locais não homologados e embarque e desembarque de passageiros com rotores girando;
- XXXVII - Quando a aeronave permanecer exposta ao público, no solo, em exposições, feiras e outros eventos relacionados à aviação ou à atividade da PMDF;
- XXXVIII - Quando ocorrer ingresso de novos pilotos nos quadros de tripulantes havendo o respectivo endosso da seguradora;

XXXIX - Voos abaixo de 500 ft AGL, desde que em conformidade com as normas estabelecidas para voos policiais/Defesa Civil (RBHA 91), além de voos de instrução, ainda que inicial.

3. DAS CONSIDERAÇÕES PARA O SEGURO RETA - ADITIVO “B” - GARANTIA DE RESPONSABILIDADE DO EXPLORADOR OU TRANSPORTE AÉREO

3.1. Também conhecida como seguro obrigatório das aeronaves, por força da legislação aeronáutica, essa cobertura inclui o reembolso ao segurado em caso de acidentes envolvendo passageiros, tripulantes e pessoas no solo, na ocorrência de morte, invalidez permanente, incapacidade temporária e assistência médica e despesas complementares; reembolso ao segurado em caso de perda, dano ou avaria da bagagem e objetos que os passageiros e/ou tripulantes conservem sob sua guarda; reembolso ao segurado em relação a danos causados a bens de terceiros que estejam no solo; reembolso ao segurado por danos ou colisão em outras aeronaves.

3.2. O seguro obrigatório tem seus valores definidos em lei, limitada a importância fixada, em função do peso máximo autorizado para a decolagem. Aplicam-se os dispostos no Código Brasileiro Aeronáutico (Lei 7.565/86), na Subparte F da NSMA 58-47 (RBAC 47) e no estabelecido no comunicado DECAT 001/95 de 23 de janeiro de 1995 do IRB – Instituto de Resseguro do Brasil.

3.3. Respeitados os limites estipulados, será garantido o reembolso ao Segurado de toda e qualquer indenização por danos corporais e/ou materiais causados pelas aeronaves da PMDF que o mesmo venha a ser judicialmente obrigado a pagar com andamento em dispositivo do Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA, acordos internacionais devidamente ratificados pelo governo brasileiro, ou por acordo expressamente autorizado pela Seguradora, desde que aplicáveis ao mesmo acidente, obedecidas as Condições Gerais da Apólice e as Condições Especiais do contrato.

3.4. A obrigação da Seguradora será totalmente devida em moeda nacional e, se parte dessa obrigação ou toda ela tiver de ser expressa em moeda estrangeira, o efetivo reembolso a seu cargo será feito mediante conversão para a moeda nacional, com base na taxa cambial de compra em vigor na data de realização do pagamento pelo Segurado ao(s) terceiro(s) prejudicado(s).

3.5. Nesta modalidade de seguro (RETA), são aplicadas as seguintes definições/classes:

- Classe 1 – Passageiro;
- Classe 2 – Tripulantes;
- Classe 3 – Abalroamento/colisão;
- Classe 4 – Terceiros e bens no solo;
- Franquia – Não é aplicável para esta modalidade;
- Capital Segurado – definido conforme resolução nº 37 de 2008 – ANAC, que versa sobre os limites de indenização.

3.6. A definição de tripulação, passageiros ou terceiros estão elencados nas legislações aeronáuticas e, no presente Termo, abarcam servidores militares ou não e civis em geral, independente de qualquer vínculo funcional com a PMDF.

4. DAS CONDIÇÕES PARA A RESPONSABILIDADE CIVIL - LUC

4.1. Trata-se da cláusula adicional 28, que versa sobre a cobertura de Responsabilidade Civil a 2º Risco da Garantia RETA (LUC – Limite Único Combinado).

4.2. Nessa cobertura, a seguradora garante ao segurado, até o limite máximo de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), conforme estabelecido no presente Termo, a 2º risco da cobertura concedida pela Apólice do seguro “RETA” – Responsabilidade do Explorador e Transportador Aéreo, ou por aquela que vier a renová-la, o reembolso das indenizações que o mesmo vier a ser obrigado a pagar judicialmente ou por acordo, por danos corporais, materiais e/ou morais, a transportados e/ou não transportados em excesso aos limites individualmente estabelecidos pelo seguro RETA e pela legislação em vigor (CBA).

4.3. Tendo em vista as limitações previstas no seguro obrigatório da aeronave, esta cláusula visa realizar a complementação do seguro RETA, oferecendo as mesmas coberturas, porém, neste caso, a importância segurada representa o limite máximo de indenização por acidente ou sequência de acidentes, sendo em limite único combinado para as classes 1/2/3/4.

4.4. Por se tratar de um contrato de seguro sem condições de obrigatório, será acionado após o segurado sofrer ação judicial, ou em caso de acordo, ainda que extrajudicial, assessorada pela contratada.

4.5. Excetuam-se os danos sofridos pelos tripulantes, pois, estes deverão ser indenizados integralmente, independente de ação judicial.

4.6. A importância segurada é definida pelo cliente, de acordo com o que ele julga ser um montante razoável para o caso de sua aeronave se envolver em um acidente. Tendo em vista o risco de nossa operação bem como a utilização de nossa aeronave para transporte de autoridades, deverá ser adotado, para a responsabilidade civil, incluindo o dano moral, o limite de R\$ 8.500.000,00 (quinze milhões reais), conforme já explanado.

4.7. A cobertura abarácará hipóteses de acidentes pessoais e despesas médico-hospitalares a transportados e/ou não transportados (terceiros), conforme estabelecido anteriormente;

4.8. Nesta modalidade de seguro, a exemplo do RETA, não é aplicável a franquias de seguros.

ANEXO A2

DAS ESPECIFICAÇÕES DAS AERONAVES

ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS A SEREM ASSEGURADOS

1. DAS ESPECIFICAÇÕES DA AERONAVE E ACESSÓRIOS

1.1. A PMDF possui 4 (quatro) aeronaves de asa rotativa e 2 (duas) aeronaves de asa fixa, abaixo arrolados:

1. Helicóptero H350 B2, matrícula PP-FSP;
2. Helicóptero H350 B2, matrícula PR-PMD;
3. Helicóptero H350 B2, matrícula PR-PMF;
4. Helicóptero R44 Raven II, matrícula PR-PDF;
5. Avião Cessna T210 N, matrícula PR-LLN.
6. Avião, Carajá EMB-820C, matrícula PT-VKJ

1.2. Ressalta-se que o memorial descritivo relacionado a seguir tem o condão estritamente orientador, não eximindo a empresa participante da responsabilidade em realizar a vistoria no bem, objeto da licitação.

HELICÓPTERO PP-FSP

FABRICANTE	HELIBRAS
MODELO	AS 350 B2
NÚMERO DE SÉRIE	HB/1148-2430
TIPO ICAO	AS50
TIPO DE HABILITAÇÃO PARA PILOTOS	H350
PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM	2250 KG
NÚMERO DE CERTIFICADOS (CM-CA)	13341
SITUAÇÃO NO RAB	NORMAL
DATA DE COMPRA/ TRANSFERÊNCIA	06/01/1992
DATA DE VALIDADE DO CA	06/09/2025
DATA DE VALIDADE DA IAM	09/09/2020
SITUAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE	NORMAL
CAPACIDADE	01 TRIPULANTE E 05 PASSAGEIROS
PROPRIETÁRIO/OPERADOR	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF
CPF/CGC	00394718000371*
CATEGORIA DE REGISTRO	PÚBLICA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DISTRITO FEDERAL
CLASSE	HELICÓPTERO 1 MOTOR TURBOEIXO

* O CNPJ constante do RAB/ANAC representa o registro da PMDF na ocasião da matrícula da aeronave. Persiste a propriedade e operação em nome da PMDF (CNPJ nº 08942610/0001-16).

CONFIGURAÇÃO

1. 01 (um) Duplo Comando;
2. 01(um) Trem de Pouso Alto com Degrau Alongado;
3. 01(uma) Porta Traseira Esquerda Deslizante;
4. 01(uma) Porta Traseira Direita Deslizante;
5. 01(uma) Luz Strobe Ligth Estabilizador;
6. 01(um) Farol de Busca Spectro Lab;
7. 02(dois) Corta Cabos, Superior e Inferior;
8. 01 (um) Sistema de separador de partículas (filtro anti-areia);
9. 01(um) Conjunto de cintos de segurança individuais, retrateis de quatro pontos para os pilotos e três pontos para passageiros;
10. 01(um) Receptor de ADF (*Automatic Direction Finder*), com antena e indicador RMI (*Radio Magnetic Indicator*) analógico escravizado ao HSI (*Horizontal Situation Indicator*) e que forneça marcação relativa de uma estação de transmissão em terra, na faixa de 200 a 1699kHz.
11. 01(um) Horizonte artificial;
12. 01(um) Indicador de HSI, escravizado ao sistema giroscópio;
13. 01(um) Transmissor Localizador de Emergência E.L.T. com sinal automático em caso de acidente, já em consonância com as normas em vigor;
14. 02 (duas) Caixas de Áudio para o piloto e copiloto que permita a transmissão e recepção simultânea em frequências separadas por ambos, e com a definição de “ISOLADO/NORMAL/PRIVADO”
15. 02(dois) Equipamentos VHF 02 aeronáutico digital na faixa 118.0 a 136.975 MHz (cento e dezoito ponto zero a cento e trinta e seis ponto novecentos e setenta e cinco mega-hertz), com incremento de 0.025 (zero ponto zero vinte e cinco) MHz;
16. 01(um) Rádio Transceptor VHF/AM-FM, frequência operacional, completo (parte fixas e móveis), que opera na faixa de frequência de 30 a 960 MHz. O sistema permite através de uma chave seletora, que comandante e copiloto da aeronave, concomitantemente, mantenham contato na frequência aeronáutica com os Órgãos de Controle de tráfego aéreo.
17. 01(um) Radar altímetro;
18. 01(um) Arco de proteção do rotor de cauda.
19. Sistema de monitoramento ALTAIR.
20. Sistema de áudio com caixas dianteira e traseira Anti-ruído.
21. Sistema BRAVIO.
22. GNS 530 com TCAS acoplado.
23. Bancos dos pilotos do tipo Anti Crasch.

PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGURADO (em dólar americano): US\$ 1.000.000,00

PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGURADO(em reais): R\$ 5.130.000,00

HELICÓPTERO PR-PMDF

--	--

Fabricante	HELIBRAS
Modelo	AS 350 B2
Número de Série	7144
Tipo ICAO	AS50
Tipo de Habilitação para Pilotos	H350
Peso Máximo de Decolagem	2250 - Kg
Número dos Certificados (CM - CA)	20253
Situação no RAB	Normal
Data da Compra/Transferência	20/09/11
Data de Validade do CA	03/03/23
Data de Validade da IAM	12/09/20
Situação de Aeronavegabilidade	Normal
Capacidade	01(um) tripulante e 5 (cinco) passageiros
Proprietário/ Operador	Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF
CPF/CGC	08942610000116
Categoria de Registro	Publica Administração Direta Distrito Federal
Classe	Helicóptero 1 Motor Turboeixo

CONFIGURAÇÃO

1. Helicóptero de porte leve.
2. Ano fabricação: 2011.
3. Monoturbinado.
4. Equipado com instrumentos e acessórios para voo visual diurno e noturno;
5. Duplo comando removível,
6. Além, de todos os componentes e acessórios necessários à operação normal e segura, de acordo com o modelo aprovado no Brasil, possui o seguinte:

- Sistema de Desembaçamento do pára-brisa(s).
- Portas traseiras deslizantes em ambos os lados da aeronave.
- Trem de pouso alto, do tipo esqui com degrau alongado em ambos os lados, com sapatas de proteção alongadas e com esquis capazes de receber rodas de reboque para deslocamento no solo.
- Equipamentos e acessórios básicos.

7. Além, de todos os componentes e acessórios necessários à operação normal e segura, de acordo com o modelo aprovado no Brasil, possui o seguinte:

- Sistema de freio do rotor principal.
- Janelas deslizantes de ventilação nas portas do piloto e copiloto. Sistema de detecção de fogo no grupo turbomotor.
- Limpador de Para-brisa para piloto e copiloto.
- Sistema Separador de partículas ou Filtro de areia para proteção do motor.
- Sistema de Corta-cabos inferior e superior.
- Sistema de Luzes Anticolisão do tipo Estroboscópicas.
- Sistema de Luzes de navegação.
- Sistema de Iluminação interna da cabine.
- No mínimo uma bateria capaz de prover a partida da aeronave em qualquer ambiente, adequada a suportar os equipamentos elétricos previstos para a aeronave.
- Farol de pouso e de táxi.
- Revestimento interior da cabine em cor preta.
- Interior com configuração de transporte, assentos em couro anti-chama na cor cinza, removíveis;
- Piso da cabine do piloto e do copiloto, bem como de passageiros com tratamento de proteção especial antiderrapante.
- Assentos absorvedores de impacto (Anti-crash) para os pilotos.
- Degraus para acesso ao rotor principal e motor, instalados em ambos os lados da aeronave.
- Cintos de segurança do tipo inerciais de 04 (quatro) pontos, para piloto e co-piloto.
- Cintos de segurança do tipo inerciais de 03 (três) pontos para os outros assentos.

- Protetor nos Esquis para as rodas de transporte de solo.
 - Proteção do Rotor de Cauda.
 - Instrumentos em local visível aos 02(dois) pilotos.
 - 01(uma) bolsa de primeiros socorros.
 - 01(um) compartimento(s) para Guarda de documentos, pequenos objetos e mapas na cabine.
 - Kit de bordo contendo: obturadores para o tubo pitot, tomada de pressão estática, entrada de ar de motor e escapamento do motor; jogo de rodas duplas de reboque para deslocamento da aeronave no solo;
 - Amarras das pás do rotor principal;
 - Kit de capas para painel e cabine;
 - Bolsa para guarda do kit de bordo.
8. Painel de comando alongado, com no mínimo, os seguintes indicadores:
- De torque.
 - De pressão de óleo do motor.
 - Indicador de quantidade de combustível.
 - Indicador de fluxo de combustível.
 - Indicador de temperatura do óleo do motor.
 - Indicador de temperatura do óleo da transmissão principal.
 - Indicador de rotação do rotor principal.
 - Indicador de funcionamento da turbina.
 - Indicador de derrapagem.
9. Posto de comando com, no mínimo, os seguintes instrumentos:
- Horímetro, com acionamento através de micro-switch no esquí.
 - Painel de luzes de alarme.
 - Amperímetro.
 - Voltímetro.
 - Termômetro de ar externo.
10. Equipamentos de comunicação e navegação:
11. 01(um) Velocímetro.
 12. 01(um) Altímetro decodificador.
 13. 01(um) Indicador de Razão de subida (climb).
 14. 01(um) Cronômetro.
 15. 01(uma) Bússola magnética.
 16. 01(um) sistema de Navegação pictorial, contendo no mínimo:
 17. 01(um) Indicador HSI no painel de instrumentos, escravizado ao sistema giroscópio, com chave seletora de indicação de VOR/LOC e GPS, alternadamente.
 18. 01(uma) Chave de acoplamento do indicador ao sistema (escravização do indicador).
 19. 01(uma) Válvula de fluxo (*flux valve*).
 20. 01(um) Giro-horizonte.
 21. 01(um) Giro-bússola.
 22. 01(um) Sistema interno de comunicação com microfone (*hot line*). 01(um) rádio transceptor VHF/FM completo que opere na faixa policial militar e civil e do corpo de bombeiros militar do DF, na faixa de frequência de 136 a 174 MHz, instalado em sistema que possibilite a todos os tripulantes receberem as comunicações na frequência selecionada ou similar. A transmissão nessa frequência será efetuada pelo piloto comandante ou pelo copiloto, através do acionamento de interruptor no comando cíclico. O sistema deverá permitir através de chave seletora que os pilotos mantenham contato concomitantemente na frequência aeronáutica com os órgãos de controle de tráfego aéreo.
 23. 01(um) equipamento VHF aeronáutico digital, faixa de operação de 118.000 a 136.975 MHz, integrado ao VOR/LOC/GS/GPS, com incrementos de 0.025 MHz, integrado ao equipamento VOR e com interface direta para o sistema de navegação pictorial, que possua tela de no mínimo 05 polegadas.
 24. 01(um) segundo equipamento VHF aeronáutico, faixa de operação de 118.000 a 136.975 MHz, com incrementos de 0.025 MHz, integrado ao VOR/LOC. 01(um) equipamento transponder digital, classe 01, que opere nos modos “a” e “c”, que apresente informações de nível de voo na tela digital, de acordo com as exigências aeronáuticas da ANAC.
 25. 01(um) codificador de altitude compatível com o sistema anemo-barométrico da aeronave, para prover informações sobre a altitude através do transponder.
 26. 01(um) receptor de ADF (*automatic direction finder*) com antena. 01(um) indicador de RMI escravizado ao HSI e que forneça marcações relativas de uma estação de transmissão em terra, na faixa de 200 a 1699 KHz.
 27. 01(um) equipamento VOR (*very low omni range*) digital acoplado ao sistema de navegação pictorial.
 28. 02(duas) caixas de áudio analógicas, seletoras de transmissão e recepção, cada uma contendo chave isolado privado e normal independentes, de modo que o piloto possa ser isolado do copiloto e demais tripulantes, bem como o copiloto possa ser isolado do piloto e demais tripulantes, ambas com controle de ruído externo (*squellch*) quando voando com portas abertas.
 29. 01(uma) Chave Master de Avionicos.
 30. 01(um) transmissor localizador de emergência (ELT) que opere na faixa de 406 MHz e que seja integrado ao GPS instalado, de modo a permitir a transmissão das coordenadas geográficas da aeronave quando o equipamento for acionado.
 31. Fones de ouvido de acordo com o número de assentos, com sistema integrado de redução de ruídos e microfone de comunicação, de acordo com o número de assentos.
 32. Chaveamento no cíclico para troca de frequência dos equipamentos de comunicação e acionamento da função identificação do transponder.
 33. Equipamentos policiais e de resgate:
 34. 01(um) gancho para carga externa, que suporte a carga máxima contida nas especificações da aeronave. (partes fixas e móveis). 01(um) farol de busca, de remoção e instalação rápida, com intensidade mínima de 30(trinta) milhões de velas, alcance mínimo de 01(um) quilômetro, com dispositivo de comando na cabine de pilotos e passageiros e peso máximo do sistema de até 36(trinta e seis) quilogramas; (partes fixas e móveis).
 35. Luzes *strobe light* no ventre e no estabilizador horizontal.
 36. 04(quatro) pontos de ancoragem específicos que permitam a instalação de cordas para realização de Rapel/Mac guire;
 37. 01(um) Espelho Retrovisor externo.
 38. Assentos e almofadas traseiras duplas removíveis em material anti-chama que permitam a configuração operacional e/ou de transporte de passageiros na cor cinza.
 39. Kit de provisões estruturais para lançamento de equipes por rapel e Mac guire.
 40. 01(um) sistema de navegação com capacidade de armazenar mapas digitalizados de cidades, inclusive ruas e avenidas, e regiões determinadas, integrado a um sistema de Imageamento térmico, com as seguintes características:
 - 01(um) módulo GPS incorporado com monitor de Vídeo/FLIR/Câmera e painel de controle do CPU de armazenamento de dados.
 - 02(duas) telas de cristal líquido coloridas, de Alta resolução e de 06(seis) polegadas, sendo 01(uma) no painel para visualização do piloto e do copiloto e 01(uma) na cabine traseira para visualização da tripulação, ambas com chaveamento para função vídeo e *Moving map*.
 - Interface de integração de câmera infravermelha e *push button*.
 - Mapas digitalizados da cidade de Brasília e de todas as demais cidades do Distrito Federal e entorno, inseridos no equipamento, cartas aeronáuticas WAC, ONC, TPC e CNAV do País; Cartas Náuticas do Lago Paranoá, Mapas Geopolítico e Rodoviário do Estado de Goiás e do Distrito Federal.
 - Unidade de controle instalada no painel da aeronave, devendo basicamente possuir *push buttoms* e *knobs* rotatórios, teclado *touch pad* ou dispositivo superior para:

- Mudança e inclusão de dados e informações.
- Cartões de armazenamento e leitura de dados.
- Interface com sistema de monitoramento da turbina com apresentação dos parâmetros de voo e motor na tela.
- Interface com sistema de detecção de descargas eletromagnéticas *stormscope*.
- Interface com sistema de detecção de tráfego, TCAS ou TAS.
- 01 (um) Imageador térmico, (partes fixas e móveis), com as seguintes características:
- Câmera Infravermelha (monocromática) para visão noturna com Detector infravermelho de no mínimo 3º geração.
- Espectro eletromagnético de no mínimo 240x320 elementos detectores.
- Lentes com zoom ótico contínuo e três aberturas pré-fixadas (amplo, médio e estreito).
- Câmera de vídeo CCD para visão diurna/noturna de alta sensibilidade, sistema NTSC, com zoom ótico contínuo de no mínimo 18:1 mais zoom digital.
- Plataforma giro-estabilizada em pelo menos dois eixos (azimute e elevação), com giroscópios eletrônicos de fibra ótica.
- Movimentação de 360° contínuo em azimute e elevação.
- Sistema de acompanhamento automático de alvos operando tanto na câmera infravermelho quanto na de vídeo CCD. Interface que possibilite a aquisição de dados do GPS para apresentação de latitudes e longitudes no monitor. Interface com o farol de busca descrito acima, de modo a permitir a movimentação sincronizada do sistema com o farol de busca.
- Simbologia no monitor de vídeo que apresente informações da linha de visada do sistema (azimute e elevação em relação ao eixo da aeronave), data, hora, campo de visão (zoom) e informação do modo de operação.
- Sistema de Engate rápido, que possibilite a remoção da parte móvel do equipamento, para a sua eventual transferência à outra aeronave.
- Sistema de Gravador de imagens com entrada e saída de dados no próprio painel via USB, compatível com o sistema utilizado através do sistema ofertado.
- Entende-se como “partes fixas” a preparação da estrutura da aeronave para permitir, a instalação do sistema (ferragens), o suporte da torre (*gimble*), a cablagem e conexões elétricas, a parte superior do engate rápido, que permitam a instalação/remoção rápida do equipamento de/para outra aeronave.
- Entende-se como “partes móveis” do sistema, a torre (*gimble*), a parte inferior do engate rápido (colar), a unidade eletrônica de interface do sistema e o controle manual do sistema.
- 01 (um) sistema de monitoramento eletrônico dos dados da operação da célula e dos motores, com recursos de software para aquisição automática, análise e interpretação dos dados coletados, integrado ao sistema de mapas eletrônicos, com apresentação no monitor deste equipamento, saída USB para baixar os dados coletados.

PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGURADO (em dólar americano): US\$ 2.415.000,00

PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGURADO(em reais): R\$ 12.388.950,00

HELICÓPTERO PR-PMF

Fabricante	HELIBRAS
Modelo	AS 350 B2
Número de Série	7202
Tipo ICAO	AS50
Tipo de Habilitação para Pilotos	H350
Peso Máximo de Decolagem	2250 - Kg
Número dos Certificados (CM - CA)	20259
Situação no RAB	Normal
Data da Compra/Transferência	20/09/11
Data de Validade do CA	17/08/23
Data de Validade da IAM	27/08/20
Situação de Aeronavegabilidade	Normal
Capacidade	01(um) tripulante e 5 (cinco) passageiros
Proprietário/ Operador	Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF
CPF/CGC	08942610000116
Categoria de Registro	Publica Administração Direta Distrito Federal

Classe	Helicóptero 1 Motor Turboeixo
--------	-------------------------------

CONFIGURAÇÃO

A mesma do helicóptero PR-PMD

PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGUADO (em dólar americano): US\$ 2.415.000,00

PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGUADO(em reais): R\$ 12.388.950,00

HELICÓPTERO PR-PDF

Fabricante	ROBINSON HELICOPTER
Modelo	R44 II
Número de Série	13480
Tipo ICAO	R44
Tipo de Habilitação para Pilotos	R44
Peso Máximo de Decolagem	1134 - Kg
Número dos Certificados (CM - CA)	21858
Situação no RAB	Normal
Data da Compra/Transferência	200613
Data de Validade do CA	08/04/25
Data de Validade da IAM	16/04/21
Situação de Aeronavegabilidade	Normal
Capacidade	01(um) tripulante e 3 (três) passageiros
Proprietário/ Operador	Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF
CPF/CGC	08942610000116
Categoria de Registro	Publica Administração Direta Distrito Federal
Classe	Helicóptero 1 Motor Convencional

CONFIGURAÇÃO

- 1. Pintura Conforme Padrão PMDF
- 2. Capas de Cobertura Completa
- 3. Assentos em Couro
- 4. Ar Condicionado
- 5. Cinto de Quatro Pontos 1P e 2P
- 6. Extintor de Incêndio
- 7. Painel de nove orifícios
- 8. Pintura Personalizada
- 9. Velocímetro
- 10. Altímetro
- 11. Altímetro Ajustável
- 12. Indicador de Velocidade Vertical (Climb)
- 13. Indicação de Direção Magnética (Bussola)

14. Relógio, com cronometro
15. Strobe Ligth Branca
16. Indicador Giroscópico de Direção (Girodirecional)
17. Horizonte Artificial com Indicador de Derrapagem
18. Transponder com Modo A/C
19. Rádio VHF Digital Aeronáutico na Faixa de Frequência 118.0 à 137.0 MHz.
20. ELT 406
21. GPS GARMIN 430/NAV/COMM/GS
22. TAS Avidyne 605
23. ADF
24. Slaved Compass
25. Turn Coordinator
26. Marker Beacon
27. Caixa de Áudio
28. Chaveamento no Cíclico para Troca de Frequências
29. Duplo Comando Removível
30. Sistema de Fones Bose Série A 20 com Bluetooth
31. Fonte Externa Portátil
32. Caixa de Ferramentas

PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGURADO (em dólar americano): US\$ 442.000,00

PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGURADO(em reais): R\$ 2.267.460,00

AVIÃO PR-LLN

Fabricante	CESSNA AIRCRAFT
Modelo	T210N / 1979
Número de Série	21063286
Tipo ICAO	C210
Tipo de Habilitação para Pilotos	MNTE
Peso Máximo de Decolagem	1814 – Kg
Número dos Certificados (CM - CA)	17266
Situação no RAB	Normal
Data da Compra/Transferência	25/11/10
Data de Validade do CA	16/05/25
Data de Validade da IAM	26/05/21
Situação de Aeronavegabilidade	Normal
Capacidade	01(um) tripulante e 5 (cinco) passageiros
Proprietário	Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF
CPF/CGC	08942610000116
Categoria de Registro	ADD - Adm. Direta do Distrito Federal
Classe	Pouso Convencional 1 Motor Convencional

CONFIGURAÇÃO

1. 01 (um) Duplo Comando;
2. 01(um) Trem de Pouso Retratil.
3. Posto de Comando com, no mínimo, os seguintes instrumentos:
 - Horímetro;
 - Paine de luzes de alarme.
 - Amperímetro.
 - Voltímetro.
 - 01 (um) JPI EDM 830, Engine Data Management
 - Termômetro de Ar externo.
4. Equipamentos de comunicação e navegação:
 - 01(um) Velocímetro.
 - 01(um) Altímetro Decodificador.
 - 01(um) Indicador de Razão de Subida (Climb).
 - 01(um) Cronômetro.
 - 01(uma) Bússola Magnética.
5. Sistema de Navegação Pictorial, contendo:
 - 01(um) Indicador HSI no Paine de Instrumentos, escravizado ao Sistema Giroscópio, com chave seletora de indicação de VOR/LOC e GPS, alternadamente.
 - 01(um) Garmin GTN 750-GPS/NAV/COMM/MFD
 - 01(um) Garmin GFC 500 - Digital, Autopilot
 - 02(dois) Garmin G5 - Eletronic Flight Instrument for Certificated Aircraft
 - 01(um) Giro-horizonte.
 - 01(um) Giro-bússola.
 - 01(um) Sistema interno de comunicação com microfone (hot line).
 - 02(dois) Equipamento VHF aeronáutico.
 - 01(um) Receptor de ADF;
 - 02(duas) Caixas de áudio Digital;
 - 01(uma) Chave Master de Aviônicos;
 - 01(um) transmissor localizador de emergência (ELT) que opere na faixa de 406 MHz;
 - 06 (seis) Fones de ouvido;
 - 01(um) Espelho Retrovisor externo, na asa.
 - Luzes Anticolisão e de Navegação;
 - Faróis de Pouso e de Taxi;
 - 01(um) Conjunto de cintos de segurança individuais e retráteis;

PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGUARAO (em dólar americano): US\$ 175.000,00

PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGUARAO(em reais): R\$ 897.750,00

AVIÃO PT-VKJ

Fabricante	EMBRAER
Modelo	EMB-820C CARAJA
Número de Série	820163
Tipo ICAO	PAT4
Tipo de Habilitação para Pilotos	MLTE
Peso Máximo de Decolagem	3629 – Kg
Número dos Certificados (CM - CA)	12267
Situação no RAB	Normal
Data da Compra/Transferência	09/10/18
Data de Validade do CA	30/11/22
Data de Validade da IAM	30/11/17

Situação de Aeronavegabilidade	IAM VENCIDA
Capacidade	02 Tripulantes 06 passageiros
Proprietário	Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF
CPF/CGC	08942610000116
Categoria de Registro	ADD - Adm. Direta do Distrito Federal
Classe	POUSO CONVENCIONAL 2 MOTORES TURBOHELICE

CONFIGURAÇÃO

1. (02)dois Cronômetro
2. DME
3. Luz de espera DME
4. Seletor NAV1/NAV2 para DME
5. Painel Múltiplo de alarmes
6. Botão de teste do Painel Múltiplo de alarmes
7. Interruptor de acoplamento do giro
8. Interruptor do compensador elétrico do profundor
9. (02)dois Velocímetros
10. Indicador de NAV 2
11. Indicador duplo de ADF
12. (02)dois Indicador de altitude
13. Indicador de curso (HSI)
14. (02)dois Indicador de curva de derrapagem
15. Luzes "BETA"
16. (02)dois Altímetro
17. (02)dois Indicador de razão de subida e descida
18. Acoplador de rádio para o piloto automático
19. Luz de glide slope acoplado
20. Indicador TIT do motor esquerdo
21. Indicador TIT do motor direito
22. Indicador de torque do motor esquerdo
23. Indicador de torque do motor direito
24. Tacômetro da hélice (Nh) motor esquerdo
25. Tacômetro da hélice (Nh) motor direito
26. Tacômetro do gerador de gases (NG) do motor esquerdo
27. Tacômetro do gerador de gases (NG) do motor direito
28. Indicador de temperatura de óleo do motor esquerdo
29. Indicador de temperatura de óleo do motor direito
30. Indicador do fluxo de combustível do motor esquerdo
31. Indicador do fluxo de combustível do motor direito
32. Indicador duplo de pressão de óleo
33. Indicador duplo de pressão de combustível
34. Transceptor VHF 1
35. Transceptor VHF 2
36. Receptor NAV 1
37. Receptor NAV 2
38. Painel de áudio
39. Transponder
40. Receptor ADF 1
41. Receptor ADF 2
42. Radar meteorológico
43. Transceptor AHF
44. Indicador duplo de quantidade de combustível
45. Totalizador de combustível consumido
46. Indicador de pressão dos instrumentos giroscópios
47. Indicador T2
48. Giro direcional copiloto
49. Interruptor/seletor dos inversores
50. Interruptor de teste do governador de sobre velocidade
51. (02) dois Jaques do microfone e fone
52. Seletor de pressão estática
53. Botão de controle do limpador de para- brisa
54. Interruptor geral dos rádios
55. Acendedor de cigarro
56. Punho do Freio de estacionamento
57. Seletora do trem de pouso
58. Luzes do trem de pouso
59. Comando do sincronizador de hélice
60. Seletora de flapes
61. Indicador de posição de flapes
62. Comando do exaustor da cabine
63. Indicador de pressão de oxigênio

- 64. Comando de oxigênio
- 65. Comando do aquecedor
- 66. Comando do ar condicionado
- 67. Controle de temperatura do ar aquecido
- 68. Comando do desembaçador
- 69. Comando da entrada do ar do aquecedor
- 70. Comando da entrada do ar externo
- 71. Bússola magnética
- 72. Luzes de indicação do embandeiramento automático
- 73. Interruptor do embandeiramento automático
- 74. Altímetro codificador

PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGUADO (em dólar americano): US\$ 600.000,00

PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGUADO(em reais): R\$ 3.078.000,00

ANEXO B
PLANILHA DE PREÇOS

1. DO VALOR ESTIMADO

1.1. O valor total estimado para a presente contratação é de R\$ 1.312.727,25 (Um milhão trezentos e doze mil, setecentos e vinte e sete reais e vinte e cinco centavos), conforme demonstrado a seguir:

EMPRESA	AERONAVE	ITENS SEGUADOS	PRÊMIO TOTAL INDIVIDUALIZADO (CASCO, RETA, LUC e adicionais)	VALOR TOTAL DO PRÊMIO
MAPFRE SEGUROS	AS 350 B2 (PP-FSP), ano 1991	Conforme Termo de Referência item 07	R\$ 205.200,00	R\$ 1.515.812,40
	AS 350 B2 (PR-PMD), ano 2011		R\$ 489.363,53	
	AS 350 B2 (PR-PMF), ano 2011		R\$ 489.363,53	
	R44 (PR-PDF), ano 2013		R\$ 192.734,10	
	Cessna T210 N (PR-LLN), ano 1979		R\$ 31.421,25	
	EMB 820C (PT-VKJ), ANO 1988		R\$ 107.730,00	

EMPRESA	AERONAVE	ITENS SEGUADOS	PRÊMIO TOTAL INDIVIDUALIZADO (CASCO, RETA, LUC e adicionais)	VALOR TOTAL DO PRÊMIO
EXCELSIOR SEGUROS	AS 350 B2 (PP-FSP), ano 1991	Conforme Termo de Referência item 07	R\$ 262.388,00	R\$ 1.439.191,00
	AS 350 B2 (PR-PMD), ano 2011		R\$ 404.077,35	
	AS 350 B2 (PR-PMF), ano 2011		R\$ 404.077,35	
	R44 (PR-PDF), ano 2013		R\$ 122.593,70	
	Cessna T210 N (PR-LLN), ano 1979		R\$ 90.952,30	

	EMB 820C (PT-VKJ), ANO 1988		R\$ 155.102,30	
--	--------------------------------	--	----------------	--

EMPRESA	AERONAVE	ITENS SEGURADOS	PRÊMIO TOTAL INDIVIDUALIZADO (CASCO, RETA, LUC e adicionais)	VALOR TOTAL DO PRÊMIO
XL INSURANCE	AS 350 B2 (PP-FSP), ano 1991	Conforme Termo de Referência item 07	R\$ 184.443,00	R\$ 1.154.099,00
	AS 350 B2 (PR-PMD), ano 2011		R\$ 330.293,00	
	AS 350 B2 (PR-PMF), ano 2011		R\$ 330.293,00	
	R44 (PR-PDF), ano 2013		R\$ 121.481,00	
	Cessna T210 N (PR-LLN), ano 1979		R\$ 78.902,00	
	EMB 820C (PT-VKJ), ANO 1988		R\$ 109.687,00	

1.2. Detalhamento por aeronave:

EMPRESA	AERONAVE	PRÊMIO TOTAL	VALOR DA MEDIANA	VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO'
MAPFRE SEGUROS	AS 350 B2 (PP-FSP), ano 1991	R\$ 205.200,00	R\$ 205.200,00	R\$ 217.343.66
EXCELSIOR SEGUROS		R\$ 262.388,00		
XL INSURANCE		R\$ 184.443,00		
VALOR A SER UTILIZADO PARA REFERÊNCIA			R\$ 205.200,00	

EMPRESA	AERONAVE	PRÊMIO TOTAL	VALOR DA MEDIANA	VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO'
MAPFRE SEGUROS	AS 350 B2 (PR-PMD), ano 2011	R\$ 489.363,53	R\$ 404.077,35	R\$ 407.911,29
EXCELSIOR SEGUROS		R\$ 404.077,35		
XL INSURANCE		R\$ 330.293,00		
VALOR A SER UTILIZADO PARA REFERÊNCIA			R\$ 404.077,35	

EMPRESA	AERONAVE	PRÊMIO TOTAL	VALOR DA MEDIANA	VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO'
MAPFRE SEGUROS	AS 350 B2 (PR-PMD), ano 2011	R\$ 489.363,53	R\$ 404.077,35	R\$ 407.911,29
EXCELSIOR SEGUROS		R\$ 404.077,35		
XL INSURANCE		R\$ 330.293,00		

VALOR A SER UTILIZADO PARA REFERÊNCIA	R\$ 404.077,35
---------------------------------------	----------------

EMPRESA	AERONAVE	PRÊMIO TOTAL	VALOR DA MEDIANA	VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO
MAPFRE SEGUROS	Robinson 44 II (PR-PDF), ano 2013	R\$ 192.734,10	R\$ 122.593,70	R\$ 145.602.93
EXCELSIOR SEGUROS		R\$ 122.593,70		
XL INSURANCE		R\$ 121.481,00		
VALOR A SER UTILIZADO PARA REFERÊNCIA			R\$ 122.593,70	

EMPRESA	AERONAVE	PRÊMIO TOTAL	VALOR DA MEDIANA	VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO
MAPFRE SEGUROS	Cessna T210 N (PR-LLN), ano 1979	R\$ 31.421,25	R\$ 78.902,00	R\$ 67.091,85
EXCELSIOR SEGUROS		R\$ 90.952,30		
XL INSURANCE		R\$ 78.902,00		
VALOR A SER UTILIZADO PARA REFERÊNCIA			R\$ 67.091,85	

EMPRESA	AERONAVE	PRÊMIO TOTAL	VALOR DA MEDIANA	VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO
MAPFRE SEGUROS	EMB 820C (PT-VKJ), ANO 1988	R\$ 107.730,00	R\$ 109.687,00	R\$ 124.173,10
EXCELSIOR SEGUROS		R\$ 155.102,30		
XL INSURANCE		R\$ 109.687,00		
VALOR A SER UTILIZADO PARA REFERÊNCIA			R\$ 109.687,00	

1.3. O valor utilizado para a estimativa da contratação é o menor valor considerado entre a média ou mediana dos valores obtidos conforme descrito acima de cada aeronave a ser segurada.

ESTIMATIVA DE CUSTOS		
Descrição	Quantidade	TOTAL DA CONTRATAÇÃO
SEGURO AERONÁUTICO	06 Aeronaves da PMDF	R\$ 1.312.727,25

1.4. Com o intuito de cumprir o disposto no artigo 5º do Decreto 39.453/2018, foram tomados por base três valores válidos para a pesquisa mercadológica, foi realizado contato com várias empresas, conforme e-mails enviados, 43735185 porém, apenas três empresas responderam enviando cotação do objeto solicitado.

1.5. Foi realizada pesquisa para o objeto em questão diante de outros entes da Administração Pública, conforme estabelecido no artigo 4º, IV, do Decreto nº 39.453/2018, onde foi encontrada contratação semelhante, porém não podendo ser utilizado, conforme dispõe o artigo 13, parágrafo único da Portaria 514/2018 por conter valor 50% inferior à mediana conforme planilha abaixo:

PLANILHA DE CUSTOS (PREÇOS PÚBLICOS)				
Órgão	Documento de referência	Data da Publicação	Vigência	Valor

Polícia Civil do Distrito Federal	1º termo aditivo Nota de Empenho 2019NE000999	01/10/2019	12 meses	R\$ 674,773,80*
SESP MT	CONTRATO 001/2020/SEP	03/01/2020	12 meses	R\$ 388.500,00

*OBS: Em que pese a nota de empenho ser de R\$777.773,80, foi excluído o valor de R\$ 103.000,00 (referente ao seguro do imagiador térmico segurado por aquele órgão ser a parte).

ANEXO C
RELAÇÃO DE PILOTOS

1. DA EXPERIÊNCIA DOS PILOTOS

1.1.COMANDANTES DE HELICÓPTEROS:

1. Piloto Comercial de Helicóptero;
2. Possui no mínimo 500 horas de voo totais em helicóptero;
3. Frequentar preferencialmente Cursos e/ou instruções periódicas de Segurança de Voo, ainda que na própria Corporação;
4. Frequentar preferencialmente instruções periódicas de treinamento de manobras e procedimentos de emergência, ainda que na própria Corporação;
5. Apto em programa de treinamento do BAVOP/PMDF, para Comandante de Aeronave Policial;
6. Apto a assumir a função de Comandante de aeronave Policial através de um Conselho de Voo.

1.2. COMANDANTES DE AVIÕES:

1. Piloto Comercial de Avião;
2. Possui no mínimo 250 horas de voo totais em avião;
3. Frequentar preferencialmente Cursos e/ou instruções periódicas de Segurança de Voo, ainda que na própria Corporação;
4. Frequentar preferencialmente instruções periódicas de treinamento de manobras e procedimentos de emergência, ainda que na própria Corporação;
5. Apto em programa de treinamento do BAVOP/PMDF, para Comandante de Aeronave Policial;
6. Apto a assumir a função de Comandante de aeronave Policial através de um Conselho de Voo.

1.3. Durante a execução do contrato, poderá solicitar endosso de novos pilotos na apólice das aeronaves, sem ônus para o contrato.

1.4. A Relação atual de pilotos é a constante da tabela seguinte:

Nome	CPF	DN	Licenças	Cód. ANAC	Horas de experiência					HABILITAÇÕES
					CESSNA 210	Total de avião	H350 B2	R44 RAVEN II	Total de helicóptero	
SÉRGIO LUIZ FERREIRA DE SOUZA	480.284.601-00	13/09/71	PCH	923508	0	0	2500	2	2500	HMNC/HMNT
FLÁVIO LUIZ ANDRADE DA SILVA	494.905.401-53	16/11/69	PCA/PCH	106321	800	1200	800	300	1100	HMNC/HMNT/MNTE/INVA/INVH/IFRA
LOTUS VIEIRA LINS	688.333.771-72	14/12/75	PCH	115743	0	0	3200	5	3255	HMNC/HMNT
EMILIO CASTELLAR	561.473.331-00	01/05/73	PCH	113158	0	0	1250	0	1800	HMNC/HMNT
MÁRCIO CYRNE DE MACEDO JÚNIOR	774.467.471-53	24/09/75	PCH/PCA	126503	410	500	195	32	252	HMNC/HMNT/MNTE/IFRA/INVA
FÁBIO ROCHA E OLIVEIRA	605.642.961-04	18/07/74	PCH	116200	0	0	1700	20	1720	HMNC/HMNT
FERNANDO EDUARDO RAMOS PAZ	587.489.892-15	21/09/76	PCH	120385	0	0	1300	25	1365	HMNC/HMNT/INVH
VILNER BORGES DE FREITAS	816.980.701-87	20/10/77	PCH/ Checador ANAC	120393	0	0	1500	150	1800	HMNC/HMNT/INVH
DEROCI BARBOSA XIMENDES JÚNIOR	804.431.251-04	13/11/76	PCH	141425	0	15	1400	350	2000	HMNC/HMNT/HMLT/INVH/IFRH
GERALDO PEREIRA	689.000.741-	31/07/79	PCH/ PPA	141446	30	70	1400	250	1650	HMNC/HMNT/MNTE/INVH/LPQH

DA SILVA FILHO	72									
MARCUS AURELIUS A. PINHO WERNECK	787.750.191-91	26/09/76	PPA/ PPH	163034	105	145	500	33	573	HMNC/HMNT/MNTE
VICTOR GABRIEL R. VIANA DE OLIVEIRA	730.908.671-68	03/05/86	PCH	141530	0	15	1100	100	1500	HMNC/HMNT/INVH
HUGO LEONARDO R. VIANA DE OLIVEIRA	730.908.401-20	03/05/86	PCH	141452	0	15	1300	365	1665	HMNC/HMNT/INVH
DANIEL BRUNO ALVES SANTANA	942.276.401-72	13/03/82	PPA/ PCH	161294	40	60	1120	75	1195	HMNC/HMNT/INVH
ATICO FREIRE LANDGRAF	004.516.261-17	02/09/83	PPA/ PPH	167267	76	116	490	21	584	HMNC/HMNT/MNTE
DAVID DE SOUSA SANTOS	805.573.331-72	22/09/79	PPA/PCH	101423	40	117	468	70	538	HMNC/HMNT/INVH/MNTE
THIAGO VINICIUS BRANDÃO MOURA	993.380.171-68	04/08/84	PPH	164182	0	0	10	428	485	HMNC/HMNT
RODRIGO DIOGO LISBOA DA LUZ	865.881.681-87	26/02/82	PPA	299788	50	95	0	0	0	MNTE
RONAN BARROS SAKAYO	021.711.131-97	18/10/86	PPH	289269	0	0	275	56	332	HMNC/HMNT
SANDEY MALCHER QUEIROZ SILVA	706.747.011-00	19/06/81	PPA	198500	120	180	0	0	0	MNTE
GUILHERME GONÇALVES DOS SANTOS	006.104.911-56	15/01/84	PPH	211023	0	0	282	47	329	HMNC/HMNT
RAPHAEL MARTINS DE OLIVEIRA	721.285.931-15	17/10/85	PPH	292298	0	0	0	35	35	HMNC
KÉLITON DOS SANTOS SILVA	008.867.371-50	14/02/86	PPH	284850	0	0	0	35	35	HMNC

ANEXO D

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(em papel timbrado da empresa)

À

Polícia Militar do Distrito Federal

Objeto: contratação de seguradora especializada na prestação dos serviços de seguro aeronáutico para os riscos que envolvem a operação das aeronaves pertencentes à carga Polícia Militar do Distrito Federal, operadas pelo Batalhão de Aviação Operacional e Unidades Subordinadas.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____ e inscrição estadual n.º _____, estabelecida no(a) _____, para a contratação supramencionada, de acordo com todas as especificações e condições do Termo de Referência e seus Anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO

1	Contratação de empresa especializada no fornecimento de coberturas de seguros no ramo aeronáutico para a aeronave tipo helicóptero; Fabricante: Helibrás; Modelo (tipo): AS 350 B2; Peso Máximo de Decolagem – PMD: 2250kg; Ano de fabricação: 1991; Prefixo: PP-FSP; Turbina: 1 motor turbo eixo Arriel 1D1, número de série HB 1148-2430; Aeródromo de registro: SBBR; Categoria de utilização: ADD; Lotação: 01 (um) tripulante mais 05 (cinco) passageiros; Perímetro para cobertura: Brasil; Média de voo mensal: estimado 70 a 150 horas; Oficina homologada que realiza as inspeções e manutenção: Fênix helicópteros, Oficina PMDF e Safran helicopters engines; O seguro em alusão abrange as coberturas de CASCO/LUC, Aditivo “A” e RETA, Aditivo “B” (classe 1 a 4), e adicionais.	und.	1		
1	Contratação de empresa especializada no fornecimento de coberturas de seguros no ramo aeronáutico para a aeronave tipo helicóptero; Fabricante: Helibrás; Modelo (tipo): AS 350 B2; Peso Máximo de Decolagem – PMD: 2250kg; Ano de fabricação: 2011; Prefixo: PR-PMD; Turbina: 1 motor turbo eixo Arriel 1D1, número de série HB 7144; Aeródromo de registro: SBBR; Categoria de utilização: ADD; Lotação: 01 (um) tripulante mais 05 (cinco) passageiros; Perímetro para cobertura: Brasil; Média de voo mensal: estimado 70 a 150 horas; Oficina homologada que realiza as inspeções e manutenção: Fênix helicópteros, Oficina PMDF e Safran helicopters engines; O seguro em alusão abrange as coberturas de CASCO/LUC, Aditivo “A” e RETA, Aditivo “B” (classe 1 a 4), e adicionais.	und.	1		
1	Contratação de empresa especializada no fornecimento de coberturas de seguros no ramo aeronáutico para a aeronave tipo helicóptero; Fabricante: Helibrás; Modelo (tipo): AS 350 B2; Peso Máximo de Decolagem – PMD: 2250kg; Ano de fabricação: 2011; Prefixo: PR-PMF; Turbina: 1 motor turbo eixo Arriel 1D1, número de série HB 17202; Aeródromo de registro: SBBR; Categoria de utilização: ADD; Lotação: 01 (um) tripulante mais 05 (cinco) passageiros; Perímetro para cobertura: Brasil; Média de voo mensal: estimado 70 a 150 horas; Oficina homologada que realiza as inspeções e manutenção: Fênix helicópteros, Oficina PMDF e Safran helicopters engines; O seguro em alusão abrange as coberturas de CASCO/LUC, Aditivo “A” e RETA, Aditivo “B” (classe 1 a 4), e adicionais.	und.	1		
1	Contratação de empresa especializada no fornecimento de coberturas de seguros no ramo aeronáutico para a aeronave tipo helicóptero; Fabricante: Robinson Helicopter; Modelo (tipo): R44II; Peso Máximo de Decolagem – PMD: 1134kg; Ano de fabricação: 2013; Prefixo: PR-PDF; 1 motor Convencional lycoming IO-540-AE1A5, número de série 13.480; Aeródromo de registro: SBBR; Categoria de utilização: ADD; Lotação: 01 (um) tripulante mais 03 (três) passageiros; Perímetro para cobertura: Brasil; Média de voo mensal: estimado 70 a 150 horas; Oficina homologada que realiza as inspeções e manutenção: Aeromot Manutenção; O seguro em alusão abrange as coberturas de CASCO/LUC, Aditivo “A” e RETA, Aditivo “B” (classe 1 a 4), e adicionais.	und.	1		
1	Contratação de empresa especializada no fornecimento de coberturas de seguros no ramo aeronáutico para a aeronave tipo avião; Fabricante: Cessan Aircraft; Modelo (tipo): T210N; Peso Máximo de Decolagem – PMD: 1814kg; Ano de fabricação: 1979; Prefixo: PR-LLN; 1 motor Convencional, trem de pouso convencional, número de série 21063286; Aeródromo de registro: SBBR; Categoria de utilização: ADD; Lotação: 01 (um) tripulante mais 05 (cinco) passageiros; Perímetro para cobertura: Brasil; Média de voo mensal: estimado 20 a 100 horas; Oficina homologada que realiza as inspeções e manutenção: Formaer Manutenção; O seguro em alusão abrange as coberturas de CASCO/LUC, Aditivo “A” e RETA, Aditivo “B” (classe 1 a 4), e adicionais.	und.	1		
1	Contratação de empresa especializada no fornecimento de coberturas de seguros no ramo aeronáutico para a aeronave tipo avião; Fabricante: Embraer; Modelo (tipo): PAT4; Peso Máximo de Decolagem – PMD: 3629kg; Ano de fabricação: 1988; Prefixo: PT-VKJ; 2 motores Turbohélice, trem de pouso convencional número de série 820163; Aeródromo de registro: SBBR; Categoria de utilização: ADE; Lotação: 02 (dois) tripulantes mais 06 (passageiros) passageiros; Perímetro para cobertura: Brasil; Média de voo mensal: estimado 20 a 100 horas; Oficina homologada que realiza as inspeções e manutenção: EM CONTRATAÇÃO; O seguro em alusão abrange as coberturas de CASCO/LUC, Aditivo “A” e RETA, Aditivo “B” (classe 1 a 4), e adicionais.	und.	1		

1) Valor unitário estimado: R\$ _____ (valor por extenso).

2) Valor total estimado: R\$ _____ (valor por extenso).

3) Esta proposta é válida por 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4) Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços objeto desta licitação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

5) Declaramos de que cumpriremos todos os prazos estabelecidos no Termo de Referência e seus Anexos.

6) Os dados da nossa empresa são:

a) Razão Social: _____;

b) CNPJ (MF) nº: _____;

c) Representante (s) legal (is) com poderes para assinar o contrato: _____;

d) CPF: _____ RG: _____ - _____;
e) Inscrição Estadual nº: _____;
f) Endereço: _____;
g) Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____;
h) CEP: _____; e
i) Cidade: _____ Estado: _____.
j) Banco: _____ Conta Corrente: _____ Agência: _____;
k) Contato: _____ Fone/Ramal: _____

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO E
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida no(a) _____, na cidade de _____, estado _____, neste ato representada pelo seu representante legal, _____, inscrito no CPF (ou CRA) sob o nº _____, declara que tomou pleno conhecimento dos endereços onde os serviços serão realizados, bem como de todas as particularidades e peculiaridades que cada posto, não podendo alegar no futuro desconhecimento do aqui tratado, para quaisquer fins e efeitos.

Por ser verdade, firmo a presente,

Brasília, de _____ de 2020.

Representante da Empresa

ANEXO F
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA

Declaro que, em ____/____/2018, a empresa _____, CNPJ nº _____, sediada no _____, está ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos locais de execução dos serviços referentes ao objeto do Termo de Referência.

Brasília, de _____ de 2020.

Representante da Empresa

ANEXO II
MODELO DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto no artigo 2º da Lei Distrital 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que receberá, sem nenhum custo para a CONTRATANTE, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública, provenientes do objeto do Pregão nº ____/20____ – PMDF, e que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e o tratamento adequados de dejetos e resíduos.

Local e Data

[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
-----------------------	----------------------	--------------------------

Valor total dos Contratos	R\$ _____
---------------------------	-----------

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, atende à previsão contida no Art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, mantendo o percentual de no mínimo cinco por cento e no máximo quinze por cento do quantitativo de trabalhadores contratados, para aprendizes, assim definidos em Lei, bem como os mantém matriculados nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem

Brasília, ____ de _____ de _____

Assinatura

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO CONFORME O DECRETO Nº 23.287, DE 17 DE OUTUBRO DE 2002.

Contrato de Prestação de Serviços nº ____/____ - ____, nos termos do Padrão nº 01/2002 com alterações.

Processo nº _____.

Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio de _____, representado por _____, na qualidade de _____, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e _____, doravante denominada Contratada, CGC nº _____, com sede em _____, representada por _____, na qualidade de _____.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de _____ nº _____ (fls. _____), da Proposta de fls. _____, da Lei Federal nº 8.666 21.06.93, da Lei Federal nº 10.520/2002, ao Decreto Federal nº 10.024/2019 e à Instrução Normativa nº 05/2017 - MPOG.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de _____, consoante especifica o Edital de _____ nº _____ (fls. _____) e a Proposta de fls. _____, que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma _____, sob o regime de _____, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

O valor total do contrato é de _____ (_____), procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária:

II – Programa de Trabalho:

III – Natureza da Despesa:

IV – Fonte de Recursos:

6.2 – O empenho inicial é de _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em _____, sob o evento nº _____, na modalidade _____.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

7.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até _____ (_____) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.2. Para efeito de pagamento, a PMDF consultará os sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das certidões a seguir relacionadas, para a verificação da regularidade fiscal da Contratada:

I - Certidão de regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Decreto Federal nº 8.302/2014);

II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

III - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal.

IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

V - Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de _____ (_____), de acordo com o item _____ do Termo de Referência, a contar da data de sua assinatura até o dia ____ de _____ de 20____, persistindo as obrigações decorrentes da garantia, quando houver, sendo seu extrato publicado no DODF.

Cláusula Nona – Das garantias

A garantia para a execução do Contrato será prestada na forma de _____, no percentual de _____ %, conforme previsão constante do Edital.

Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.4.1. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

11.4.1.1. A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

11.5- A Contratada declarará a inexistência de possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública do Distrito Federal.

11.6- É proibido o uso de mão de obra infantil em qualquer fase produtiva do bem ou na prestação do serviço, sob pena de rescisão contratual e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis (Lei distrital nº 5.061 de 08.03.2013).

11.7- A Contratada fica obrigada a cumprir as exigências da Lei Distrital nº 4.770/2012:

I- recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública;

II- comprovar que adota práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização.

11.8. A Contratada deverá comprovar, mensalmente, junto ao gestor responsável pelo repasse de recurso público, a regularidade no atendimento às suas obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária relativas a seus empregados.

11.8.1. Incluem-se nessa obrigação as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos do Distrito Federal.

11.8.2. As irregularidades encontradas em relação às obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias das empresas de que trata este artigo devem ser sanadas no prazo máximo de trinta dias da detecção, quando não identificada a má-fé ou a incapacidade de correção.

11.8.3. O não atendimento das determinações constantes da Lei Distrital nº 5.087/2013 implica a abertura de processo administrativo para rescisão unilateral do contrato pela Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções. (Lei Distrital nº 5.087/2013 e Decreto Distrital nº 39.978/2019)

11.8.4. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB)

11.8.5. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

11.9. É proibido qualquer conteúdo: (Lei Distrital nº 5.448/2015);

I – discriminatório contra a mulher;

II – que incentive a violência contra a mulher;

III – que exponha a mulher a constrangimento;

IV – homofóbico;

V – que represente qualquer tipo de discriminação.

11.9.1. Estas disposições aplicam-se às contratações de profissionais do setor artístico.

11.9.2. O uso ou o emprego de conteúdo discriminatório constitui motivo para rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

11.10. Será exigida da contrata a implantação do Programa de Integridade das empresas, conforme determinação da Lei 6.112 de 02 de fevereiro de 2018, alterada pela Lei nº 6.176, de 16/07/2018 e Lei nº 6.308/2019, e regulamentada pelo Decreto nº 40.388 de 14/01/2020. (RETIRAR SE O VALOR ESTIMADO FOR INFERIOR A R\$ 5.000.000,00)

11.10.1. Para o cumprimento do disposto no item anterior, a contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Relatório de Perfil, nos termos do Anexo VI do edital;

II - Relatório de Conformidade do Programa, nos termos do Anexo VII do edital.

11.11. Deverá ser reservado o percentual de 2% de vagas de trabalho nas licitações de serviços e obras públicas distritais, a ser destinado a pessoas em situação de rua, excetuando-se as empresas mencionadas na Lei federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983.

11.11.1. As empresas responsáveis pelas obras e pelos serviços devem informar ao órgão do governo que responde pela pauta da assistência social a oferta de vagas prevista no caput.

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

12.3 - Caberá o reajuste de preços para a contratação de serviços continuados, observado o disposto na Instrução Normativa nº 05/2017 - MPOG, conforme previsão no Edital.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, conforme Decreto Distrital nº 26.851/2006 e alterações posteriores, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão Amigável

O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, ou seja, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração, desde que não seja caso de rescisão unilateral do contrato.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2. O contrato será rescindido com a aplicação de multa se confirmado o uso de mão de obra infantil no processamento, transporte, ou qualquer fase produtiva do bem, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis (Lei Distrital nº 5.061 de 08.03.2013 e Parecer nº 343/2016 – PRCON/PGDF).

Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sétima – Do Executor

O Distrito Federal, por meio de _____, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Polícia Militar do Distrito Federal.

Cláusula Décima Nona – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Cláusula Vigésima – Do combate à Corrupção

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

Brasília, ____ de _____ de 20__

Pelo Distrito Federal:

Pela Contratada:

ANEXO VI

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas neste Decreto. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe a legislação vigente, e ainda às licitações realizadas pelas Administrações Regionais, até o limite máximo global mensal estabelecido no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999.

SEÇÃO II

Das Espécies de Sanções Administrativas

Art. 2º As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

b) para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

SUBSEÇÃO I

Da Advertência

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

SUBSEÇÃO II

Da Multa

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso; (Alteração dada pelo Decreto nº 35.831, publicado no DODF de 22/09/2014, p. 6).

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada; (Alteração dada pelo Decreto nº 35.831, publicado no DODF de 22/09/2014, p. 6).

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega. (Alteração dada pelo Decreto nº 35.831, publicado no DODF de 22/09/2014, p. 6).

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

Art. 4-A A multa de que trata o art. 4º deste Decreto será aplicada, nas contratações previstas na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, nos seguintes percentuais: (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso; (Acréscimo

dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

III - 1% (um por cento) do valor do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

IV - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

V - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

SUBSEÇÃO III

Da Suspensão

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente; (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva; (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

I - se aplicada pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços, implicará na suspensão, por igual período, perante todos os órgãos/entidades subordinados à Lei Distrital no 2.340, de 12 de abril de 1999, e alterações posteriores;

II - se aplicada pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, implicará na suspensão perante o órgão sancionador.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

SUBSEÇÃO IV

Da Declaração de Inidoneidade

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

CAPÍTULO II

DAS DEMAIS PENALIDADES

Art. 7º As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras e Licitações, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto

III - aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto. (Inciso revogado pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

Parágrafo único. Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 ou 10.520, de 17 de julho de 2002: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

CAPÍTULO III

DO DIREITO DE DEFESA

Art. 9º É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 3º Os prazos referidos neste artigo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2) (Parágrafo revogado pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 4º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar: (Renumeração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada;

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

§ 5º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal – e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal. (Renumeração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste Decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

CAPÍTULO IV

DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

CAPÍTULO V

DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 13. As sanções previstas nos arts. 3º, 4º e 5º deste Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

Art. 14. Os prazos referidos neste Decreto só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. (Renumerações dadas pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2 e pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário. (Renumerações dadas pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2 e pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Brasília, 30 de maio de 2006.

118º da República e 47º de Brasília

MARIA DE LOURDES ABADIA

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO AE 04 - ANEXO DO QCG - Bairro Asa Sul - CEP 70610212 - DF

+5531905509